

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

**APLICAÇÃO DOS MODELOS DE PREVISÃO DA
FALÊNCIA NO SECTOR BANCÁRIO EM CABO
VERDE**

Sónia Patrícia Moreira Varela

Lisboa, Janeiro de 2024

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

APLICAÇÃO DOS MODELOS DE PREVISÃO DE FA-
LÊNCIA NO SECTOR BANCÁRIO EM CABO VERDE

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras, realizada sob a orientação científica de Doutor Raúl Daniel Navas, Professor Adjunto no ISCAL/Instituto Politécnico de Lisboa, Economista. Este projeto contou com o apoio do IPL através do projeto de investigação: IPL/IDI&CA2023/RISKFIN_ISCAL.

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutora Ana Maria Sotomayor

Arguente: Prof. Doutora Sónia R. Bentes

Vogal: Prof. Doutor Raúl D. Navas

Lisboa, Janeiro de 2024

Dedicatória

Aos meus pais por todo apoio

A minha tia Ana Maria

Agradecimentos

Primeiramente agradeço Deus pela força, coragem, fé e a determinação por não desistir pelo caminho e pela graça concedida para concluir mais um passo na minha vida.

Aos meus pais, principalmente a minha mãe, mesmo a distância me apoiando de todas as formas e tenho muito orgulho dela por ser uma mulher guerreira e batalhadora.

Agradeço aos meus amigos que embarcaram comigo nessa trajetória, que contribuíram para o final desse episódio de uma forma direta e indireta e juntos criamos memórias inesquecíveis.

Também não podia deixar de agradecer a minha tia Ana Maria mesmo com suas dificuldades e problemas me ajudou de uma forma incondicionalmente.

Aos meus sinceros agradecimentos a minha madrinha Elisabete que sempre me ajudou com concelhos e incentivou-me a adquirir cada vez mais conhecimento.

Por último não podia deixar de agradecer ao meu Orientador Professor Raúl Navas pela disponibilidade, Confiança e incentivo desde início para concretização desse sonho.

Aos meus anjinhos, Damião Varela, Ambrosina Varela e o meu Tio Cirilo Varela, que mesmo não estão fisicamente aqui, mas de certeza estão orgulhosos e a olhar por esse marco na minha vida.

Este projeto contou com o apoio do IPL através do projeto de investigação: IPL/IDI&CA2023/RISKFIN_ISCAL.

Yeah, you can be the greatest

You can beat the war

You can move a mountain

Don't wait for luck

Dedicate yourself and you gon' find yourself

Be a champion

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fundamental analisar os modelos de previsão de falência no sector bancário em Cabo Verde com base nos rácios financeiros, utilizando os três modelos: univariados, multivariantes discriminantes e multivariantes logísticos.

O modelo de prevenção contra falência, surgiu desde a antiguidade, como um instrumento valioso para avaliar a condição financeira de uma entidade, para que os gestores possam tomar a melhor decisão.

Edward Altman (1968) é um dos primeiros pioneiros na história a construir um modelo do género, designado de Z-Score. Após o surgimento deste instrumento, surgiram outras pessoas de diversas áreas que deram continuidade com a mesma estratégia.

No sector bancário existem vários riscos, pelo qual não existe uma estabilidade financeira permanente. A crise financeira nos meados 2008-2009 teve impacto negativo em vários países, principalmente nos grandes bancos como é o caso de o “Lehman Brothers”, nos Estados Unidos da América, assim como nos países europeus.

Este trabalho será realizado com o intuito de analisar a saúde financeira dos bancos cabo verdianos com base na aplicação dos modelos descritivos, análise dos principais rácios e também fazer uma breve análise de risco de crédito. Em Cabo Verde, o sistema financeiro é regulado e supervisionado pelo Banco de Cabo Verde (BCV).

Palavras-chaves: modelos de prevenção de falência, sector bancário, rácios financeiros, riscos bancários.

A B S T R A C T

The present work has as its fundamental objective in analyzing the bankruptcy prediction models based on financial ratios, using the three models: univariate, multivariate discriminant and multivariate logistic.

Bankruptcy prevention model has emerged since ancient times, as a valuable tool to assess the financial condition of an entity, so that managers can make the best decision. Edward Altman (1968) was the first in history to develop such a model, called Z-Score. Followers from various areas quickly emerged and adopted the same strategy.

In the banking sector there are several risks, for which it is the subject, and in the financial world there is no permanent financial stability. The financial crisis that has been felt in several countries since 2008, caused the bankruptcy of several financial institutions and had a negative impact on large world banks, for example the "Lehman Brothers" in the United States of America, as well as in European countries.

The aim of this work is to analyze the financial health of Cape Verdean banks based on the application of descriptive models, analysis of the main ratios and a brief analysis of credit risk. In Cape Verde the financial system is regulated and supervised by Banco de Cabo Verde (BCV).

Keywords: bankruptcy prevention models, banking sector, financial ratios, banking risks.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	IV
AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
ÍNDICE.....	VIII
ÍNDICE DE TABELAS.....	X
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XI
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	XII
LISTA DE ABREVIATURAS	XIII
1. INTRODUÇÃO	15
1.1. RELEVÂNCIA DO TEMA	15
1.2. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	16
1.3. METODOLOGIA	16
1.4. ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO	16
2. REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1. FALÊNCIA.....	18
2.2. RISCO NA ATIVIDADE BANCÁRIA	21
2.3. CARACTERÍSTICAS DE CRÉDITO	28
2.4. GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO.....	30
2.5. FUNÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS.....	32
3. MODELOS DE PREVISÃO DE FALÊNCIA DE EMPRESAS	37
3.1. MODELOS UNIVARIADOS	37
3.2. ANÁLISE DISCRIMINANTE MULTIVARIADA.....	38
3.3. MODELOS DE PROBABILIDADE CONDICIONADA	47
4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	50
4.1. INDICADORES DE RENDIBILIDADE.....	52

4.2.	INDICADORES DE LIQUIDEZ.....	53
4.3.	INDICADORES DE ALAVANCA FINANCEIRA	55
4.4.	INDICADORES DE FUNCIONAMENTO	58
5.	CASO EMPÍRICO	60
5.1.	ORIGEM E EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO DE CABO VERDE.....	60
5.2.	ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	63
5.3.	BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO (BCA)	68
5.4.	HISTÓRIA DA CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE (CECV).....	77
6.	CONCLUSÕES	92
6.1.	CONTRIBUTOS DO ESTUDO	92
6.2.	LIMITAÇÕES DO ESTUDO	92
6.3.	SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS	93
6.4.	CONCLUSÕES FINAIS.....	94
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
	ANEXOS	98

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 Causas da falência	20
Tabela 2.2 Componentes do risco de Crédito	23
Tabela 2.3 Notação do risco de crédito	24
Tabela 2.4 Classificação do rating.....	25
Tabela 2.5 Componentes do risco do mercado.....	26
Tabela 2.6 Riscos Bancário	28
Tabela 2.7 Natureza da informação ponderada nas avaliações de crédito	30
Tabela 3.1 Médias das Variáveis e teste de significância	43
Tabela 3.2 Os modelos de Altman.....	46
Tabela 5.1 Recursos dos clientes	74
Tabela 5.2 BCA - Depósitos por segmentos dos Clientes	75
Tabela 5.3 BCA - Carteira de Créditos a Clientes	76
Tabela 5.4 Colaboradores	79
Tabela 5.5 Depósitos dos Clientes	80
Tabela 5.6 Depósitos dos clientes por segmentos	81
Tabela 5.7 Rácio de rentabilidade BCA.....	88
Tabela 5.8 Rácio de rentabilidade CECV	88
Tabela 5.9 Cálculo do Z-Score.....	89
Tabela 5.10 Cálculo do Z-Score.....	90

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 processo de falência	19
Figura 2.2 Segmentação do MIDDLE OFFICE	31

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 5.1 Evolução do PIB 2021	65
Gráfico 5.2 Taxa de desemprego 2021	66
Gráfico 5.3 Evolução da inflação em 2021	67
Gráfico 5.4 BCA - Capital Social.....	71
Gráfico 5.5 BCA - Total de colaboradores	72
Gráfico 5.6 BCA - Habilitações Literárias.....	73
Gráfico 5.7 CECV Capital Social	78
Gráfico 5.8 Números de agências.....	78
Gráfico 5.9 BCA Evolução dos resultados	81
Gráfico 5.10: CECV Evolução dos Resultados.....	82
Gráfico 5.11 BCA Margem Financeira	83
Gráfico 5.12 CECV Margem Financeira	84
Gráfico 5.13 Rácio de Transformação <i>vs Cost do Income</i>	85
Gráfico 5.14 BCA Solvabilidade e Fundos Próprios	86
Gráfico 5.15 CECV Solvabilidade e Fundos Próprios	87
Gráfico 5.16 Rácio do Endividamento	87

LISTA DE ABREVIATURAS

ALCO - *An Asset-Liability Committee*

ASA - Aeroportos e Segurança Área

ATM's – *Automated Teller Machine*

BAI - Banco Angolano de Investimento

BANIF - Banco Internacional do Funchal e Cruz Vermelha de Cabo Verde

BCA - Banco Comercial do Atlântico

BCN - Banco Comercial de Negócios

BCV - Banco de Cabo Verde

BCBS – *Basel Committee on Banking Supervision*

BI – Banco Interatlântico

BIS - *Bank For International*

BM – Banco Mundial

CCV - Correios de Cabo Verde

CECV - Caixa Económica de Cabo Verde

CVE – Escudos Cabo-Verdianos

CGD - Caixa Geral de Depósitos

CRC - Central de Risco de Crédito

DFI - Direção Financeira e Internacional

EBITDA - *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

ELECTRA - Empresa De Electricidade E Água

EUA - Estados Unidos da América

ESN - *Ecobank Senegal, S.A.*

ETI – *Ecobank Transnational Incorporated, S.A. e o Ecobank Senegal, S.A. (“ESN”)*,

FMI - Fundo Monetário Internacional

GPR - Gabinete de Planeamento, Controlo e Riscos

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

ICs - Instituições de Crédito

I&D - Investigação e Desenvolvimento

IFI - Instituição Financeira Internacional

MAR - Modelo de Avaliação de Riscos

MDA - *Multivariate Discriminant Analysis*

NIF – Número de Identificação Fiscal

PIB - Produto Interno Bruto

RGICSF - Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

RPM - Relatório de Política Monetária

ROA – *Return on Assets*

ROE – *Return on Equities*

SEPI - Sociedade de Empreendimentos e Promoção de Investimentos

SITA – Sociedade Industrial de Tintas

RPM - Relatório de Política Monetária

SISP - Sociedade Interbancária de Sistemas de Pagamentos

SPA - Setor Público Administrativo

TI- Tecnologia da informação

USD – *United States Dollar*

WEO - *World Economic Outlook*

1. INTRODUÇÃO

1.1.Relevância do tema

Nos últimos anos o mundo financeiro tornou-se muito diferente do que tinha sido desde a recuperação da Grande Depressão de 1929, que estava associada a um período de incerteza focada numa economia globalizada que já se encontrava implementada.

Em meados de 2008-2009, assiste-se a uma crise financeira à escala mundial, que fez com que a economia voltasse ao défice, e posteriormente, assiste-se à crise na Europa, o “subprime”, em 2012, que afetou seriamente as instituições financeiras, onde aprovavam créditos de baixa qualidade, os designados empréstimos de tipo “NINJA”. Essa crise foi considerada como a pior da história do capitalismo desde 1929, porque provocou um impacto negativo na economia por muito tempo, tendo afetado, direta e indiretamente, todos os sectores e países.

Normalmente, a falência não se sucede, sem que haja alguns indícios que o indiquem e, por isso, que a principal fonte de qualquer informação se centra nos relatórios e contas dos bancos, principalmente as demonstrações financeiras e as notas do anexo.

Esse tema da previsão da falência de empresas não é recente, diversos autores propuseram modelos para esse efeito, bem como, Beaver (1966) que desenvolveu um método com a finalidade de perceber o quão próxima uma empresa se encontrava de falir, com base nos dados financeiros. Na prática, este método não foi suficiente para dar todas as respostas. Altman (1968), introduziu a ideia da análise discriminante multivariada associada aos modelos de previsão de falência apresentando como principal vantagem o facto de poder incorporar diversas variáveis simultaneamente na sua equação. Mais tarde, Ohlson (1980) propõe um novo método, mais prático, com menos pressupostos e mais fácil de interpretar, usando o *logit* como instrumento do cálculo da probabilidade da falência das empresas.

Os modelos de risco de falência são úteis como ferramentas de alerta para os gestores, proporcionando-lhes informações financeiras da empresa e como se encontra em outros aspetos de modo a descobrir com antecedência e com um razoável grau de segurança qual a situação financeira da organização. Pelo que, a partir desta sensibilidade, os gestores e/ou proprietários, bem como os credores poderão tomar decisões prévias de forma a cautelar sobre o futuro da organização.

1.2. Objetivos da investigação

O principal objetivo deste trabalho é explicar os modelos de prevenção de falência no sector bancário em Cabo Verde, visto que tem uma grande importância nas organizações de modo a ajudar a melhorar o seu funcionamento, principalmente perante os riscos financeiros que os bancos estão expostos.

Os principais objetivos de investigação deste projeto são:

- ✓ Caracterizar os diferentes riscos existentes no sector bancário;
- ✓ Identificar os diferentes modelos de previsão de falência/insolvência;
- ✓ Analisar os principais rácios financeiros que permitem observar a situação financeira da empresa;
- ✓ Abordar as políticas de crédito nos bancos em Cabo Verde;
- ✓ Interpretar os dados recolhidos junto das instituições.

1.3. Metodologia

Durante a elaboração do trabalho a principal fonte consta na pesquisa qualitativa recolha das informações junto dos livros, dissertações, artigos, estudo de caso e também os relatórios e contas das empresas em causa fontes fidedignas, para efetuar o estudo e comparar os seus rácios financeiros bem como a sua prevenção da falência. Para realçar, trata-se de uma investigação qualitativa.

Depois, elabora-se uma análise económico-financeira, visto que é muito relevante, porque relata as condições financeiras e económicas das entidades. Essas informações são fornecidas através das demonstrações financeiras.

Efetua-se, também, o cálculo do modelo de Z Score de Altman, usando o que respeita as empresas de prestações de serviços e que se encontram inscritas na bolsa de valores.

1.4. Estrutura da Investigação

O primeiro capítulo deste trabalho consiste em abordar um pouco as recentes crises que a sociedade, as empresas, especialmente, o setor bancário em geral, têm enfrentado nos anos de

2008 e 2009. De seguida, os objetivos, e a justificativa do tema, visto que tem uma grande importância no setor financeiro.

No segundo capítulo, se desenvolve a revisão da literatura, onde aborda-se a origem da falência e o seu conceito, uma vez que não é recente, o seu conceito, e também elencar os diversos tipos de riscos bancário, bem como as suas características, mencionando o risco que se tem de ter em conta, a gestão de risco, sabendo que é uma peça fundamental para qualquer instituição financeira.

O terceiro capítulo abrange os principais modelos de previsão de falência, em que vai ser detalhado cada um deles ao longo da elaboração do trabalho, sendo que cada uma tem a sua utilidade nas organizações e cada uma adapta o mais adequado para si.

O quarto capítulo realça sobre análise dos indicadores financeiros onde se irá abordar alguns rácios relevantes e aprofundar mais na parte empírica com base nos relatórios e contas bancários.

No quinto capítulo, apresenta-se um breve historial e evolução do sector bancário em Cabo Verde e posteriormente, um enquadramento económico sobre os 2 principais bancos. Por último, apresenta-se as conclusões com base nos resultados obtidos, os contributos e limitações do estudo realizado, sugestões para investigações futuras e conclusões finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Numa economia de mercado a competitividade é a pedra basilar do sistema económico, pelo que o conceito e a extensão do insucesso empresarial está intimamente ligado ao fenómeno da falência nas suas diversas aceções. Por isso importa conhecer os sintomas e as causas que levam uma empresa a entrar num processo de degradação financeira e económica levando-a numa última fase à liquidação do seu património com todas as consequências e implicações daí resultantes.

De acordo com a legislação portuguesa, artigo 3º n.º 1 do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), trata-se de um devedor que não tem capacidade de honrar os seus compromissos perante aos terceiros. O n.º 2 do mesmo artigo acrescenta que as entidades e os patrimónios autónomos que não tenham qualquer pessoa singular a responder, pessoal e ilimitadamente, às dívidas, são também considerados insolventes quando o valor do passivo é consideravelmente superior ao do ativo.

A insolvência financeira ocorre quando os devedores não conseguem satisfazer os compromissos perante credores, por vezes, a insolvência financeira leva a empresa à falência. Mas nem todas as empresas que se encontram em dificuldades deparam com falência. Porque uma empresa pode ter outros meios de arrecadar fundos para pagar as suas dívidas.

Além das dificuldades no tecido empresarial, assistido por toda a Europa ao colapso das economias nacionais como a da Irlanda, da Grécia e a de Portugal, tendo estas sido obrigadas a recorrer ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira e a sujeitar-se, na tentativa de estabilizar o equilíbrio nas contas públicas, a política de austeridade, retraindo fortemente o investimento e os gastos do Estado e o rendimento das famílias.

2.1. Falência

A palavra falência deriva do verbo falir (*Fallere* no latim que exprime a ideia de faltar ou não honrar os seus compromissos e é transversal a todos os sectores. Normalmente está relacionada com problemas de baixa liquidez, perante este facto, é dado vários sinais de alerta através das demonstrações financeiras que a empresa se encontra numa situação crítica para que os responsáveis tomem a melhor decisão perante este facto. Mas sob o ponto de vista técnico-

jurídico, corresponde a impossibilidade de o devedor arcar com as suas obrigações, dada a impotência do seu património para a gestão dos recursos e meios necessários de pagamentos.

Segundo Sérgio (Campinho, 2018), falência corresponde a um conjunto de atos ou situações que provocam um desequilíbrio financeiro no património do devedor, sabendo que uma empresa em falência não tem como honrar os seus compromissos.

De acordo com Sharma & Mahajan (1980), o processo de falência é definida pela seguinte estrutura:

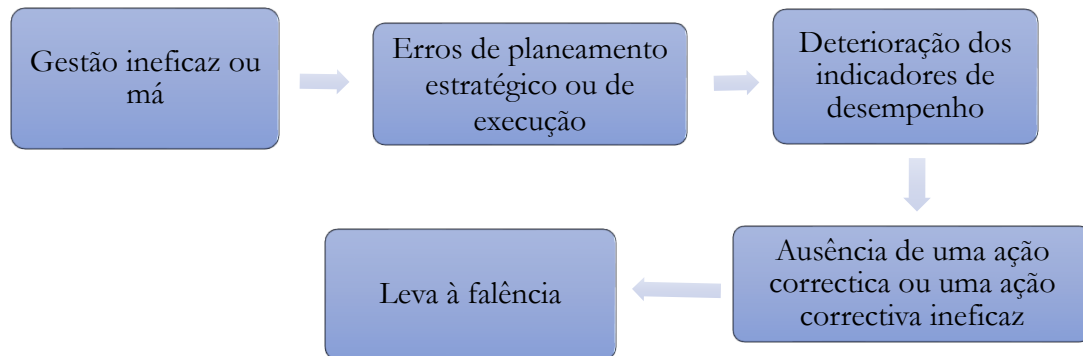


Figura 2.1 processo de falência

Fonte: Adaptado de Sharma e Mahajan (1980)

As dificuldades financeiras de uma empresa e a consequente falência são devido as causas de origem interna externa. As primeiras, também designadas de variáveis endógenas, como por exemplo: o endividamento excessivo, falta de liquidez, falta de um sistema de controlo interno, ineficácia de gestão e a realização de investimentos improdutivo. As segundas, também designadas de variáveis exógenas, tais como: crises económicas, inflação, políticas económicas do governo, concorrência excessiva e queda da procura.

Tabela 2.1 Causas da falência

Causas internas à empresa variáveis endógenas	Causas externas à empresa variáveis exogénicas
Estratégias /políticas erradas ou inadequadas Ineficácia de gestão Sistema produtivo ineficiente Investimentos improdutos Excessivo endividamento, agravado por elevada taxa de juro Falta de comunicação entre vários departamentos.	Concorrência excessiva e forte do sector Queda da procura Crise económico ou social Aparecimento de novos produtos ou novas tecnologias Surgimento de novas empresas no sector Condições económicas e políticas desfavoráveis

Fonte: Sousa, 2014

Atividade Bancária e a Sua Evolução

Segundo (Caiado, 2008), a atividade bancária teve a sua origem associada à ordem religiosa, sendo, no ano de 1515, no Quinto Concílio de Latrão, que se iniciou com o pagamento de juros, com a finalidade de auxiliar a suportar os gastos administrativos suportados pelos montes de piedade. No século XVII surgiu o papel-moeda, na República de Veneza em Itália, através da emissão de certificados de dívida que venciam juros e eram transmissíveis por endosso. Este sistema estendeu-se a vários Estados e, no início do século XIX, começaram a surgir os bancos emissores, os bancos comerciais e as instituições parabancárias. Em Portugal, o Banco de Portugal iniciou a sua atividade como banco emissor de notas no ano de 1891. Durante o século XIX, muitos foram os países que adotaram o padrão ouro, através do peso, do toque e do valor facial das moedas metálicas. A moeda passou a circular sob três formas: moeda metálica ou de trocos, moeda fiduciária ou notas, e moeda escritural ou de registo bancário.

De acordo com o autor Caiado (2015), a atividade bancária tem vindo a sofrer algumas alterações, bem como tendências que têm marcado o setor financeiro, essas tendências são: concentração, inovação e globalização.

- ✓ **Concentração** - Associação de bancos e instituições financeiras, em que estas associações podem ser nomeadamente fusões.
- ✓ **Inovação** - Está associada à internacionalização, concentração, desintermediação e especialização. Torna-se relevante que as instituições financeiras estejam atentas às necessidades dos clientes, dado criarem produtos e serviços que se adequem às necessidades dos mesmos, os últimos anos do setor financeiro são marcados por novos pro-

duos, através da aplicação de juros e de recursos, como os *swaps* e acordos das taxas de juro futuras.

- ✓ **Globalização** - Os fatores que contribuíram para esta tendência, foram no contexto de internacionalização o desenvolvimento acelerado das tecnologias e com a globalização prendem-se também a liberalização das taxas de juro e liberalização dos movimentos de capitais. No domínio dos avanços tecnológicos, os meios criados permitiram o acompanhamento instantâneo dos mercados mundiais e da sua interligação com os mercados nacionais.

2.2. Risco na Atividade Bancária

O risco encontra-se associado em todos os aspetos da nossa vida, mas no sector bancário o risco é maior, devido às grandes especulações de risco e incerteza, isto porque trabalham diariamente com grandes níveis de alavancagem, por isso, o seu nível de autonomia financeira é reduzida comparado com os outros ramos, portanto surgiu a necessidade de implementar um mecanismo de controlo interno eficaz e eficiente.

A revista de Revisores e Auditores, datada de abril a junho de 2015, publicou uma lista constante no anexo cinco os vários riscos associados à atividade bancária, podem ser classificados em financeiros, não financeiros e outros.

Os riscos financeiros correspondem aos passivos e ativos monetários de uma instituição, enquanto os riscos não financeiros estão associados aos fatores externos, tais como: fatores sociais, políticos ou económicos, mas também podem derivar de fatores internos no qual temos os recursos humanos, tecnologias, entre outros.

«Riscos financeiros¹», refere a um conjunto de riscos a que se expõem as instituições financeiras, neste caso o risco de contraparte, o risco de crédito, os riscos de mercado (risco preço, risco cambial e risco taxa de juro), os riscos operacionais e o risco de reputação.

¹ LEI N.º 61/VIII/2014, disponível em [Lei de Bases do Sistema Financeiro.pdf \(bcv.cv\)](#)

Em relação aos outros riscos tem características próprias, onde as ocorrências destes tipos resultam de fortes desequilíbrios em todo o sistema financeiro, quer a nível nacional ou internacional.

Segundo Caiado & Caiado (2008), referem que os bancos como todas as instituições financeiras em geral, no desenvolvimento da sua atividade, estão expostos a um conjunto de riscos, designadamente quando realizam operações que envolvem ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais.

O risco de crédito corresponde ao risco da contraparte em incumprir o pagamento da sua obrigação. Segundo Gaspar (2014), o risco de crédito é aquele que apresenta uma maior relevância no balanço da generalidade dos bancos a operar em Portugal.

A principal atividade dos bancos consiste em conceder crédito e, por conseguinte, a exposição ao risco de crédito é elevada. A gestão deste risco depende das medidas e estratégias que são aplicadas por cada instituição financeira, em que a maximização dos resultados em relação aos riscos assumidos nos créditos concedidos é o objetivo primordial.

Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições em crédito (incluindo o titulado), linhas de crédito, garantias e derivados.

No respetivo quadro seguinte apresenta-se a tabela 2.2 onde constam as rubricas que fazem parte do risco de crédito.

Tabela 2.2 Componentes do risco de Crédito

Rubricas	Objectivo da avaliação
Probabilidade de incumprimento	Determinar a probabilidade de incumprimento das contrapartes nas transacções que comportem risco de crédito, incluindo o risco de transferência.
Concentração e correlação	Determinar o risco de concentrações de crédito, decorrentes de uma diversificação inadequada das posições de crédito.
Perda dado o incumprimento	Determinar a perda máxima incorrida, em caso de incumprimento das contrapartes.
Exposição ao Risco	Determinar o risco decorrente das contrapartes utilizarem o crédito potencial, em caso de incumprimento.

Fonte: MAR, 2007

Risco de incumprimento

Indicadores de risco – consiste nos indicadores que expressam em cada período, a percentagem de empresa em potencial situação de risco, quer pela sua estrutura financeira, quer pela capacidade de criar recursos positivos:

- a) Empresas com EBITDA negativo;
- b) Gastos de financiamento superiores ao EBITDA;
- c) Capital negativo;
- d) Resultados líquido negativo.

Principais determinantes que justificam o risco de incumprimento:

- ✓ Diminuição da liquidez;
- ✓ Aumento do endividamento;
- ✓ Minimização da eficiência operacional;
- ✓ Decréscimo dos fluxos de caixas operacionais.

A notação global do risco de crédito (tabela 2.3) será obtida de forma automática com base na agregação das rubricas de referência. No entanto, o supervisor poderá ajustar manualmente a notação global, sempre que entenda que o valor agregado não reflete devidamente a sua opinião sobre o referido risco. Em particular, poderá justificar-se uma revisão da notação global da

categoria de risco de crédito quando o supervisor considere que determinada rubrica assume especial importância face às restantes rubricas e que, como tal, a sua notação deve prevalecer. Qualquer ajustamento manual deverá ser objeto de fundamentação adequada.

Tabela 2.3 Notação do risco de crédito

Risco reduzido - notação [1 - 1,5 [
A probabilidade da ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital em consequência do risco de crédito actual e esperado é baixa.
Risco moderado - notação [1,5 - 2,5 [
A probabilidade da ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital em consequência do risco de crédito actual e esperado não é significativa.
Risco material - notação [2,5 - 3,5 [
A probabilidade da ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital em consequência do risco de crédito actual e esperado é significativa.
Risco elevado - notação [3,5 - 4]
A probabilidade da ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital em consequência do risco de crédito actual e esperado é elevada.

Fonte: MAR, 2007

Evolução Esperada Do Risco

A notação global, obtida com base na agregação das notações das rubricas de referência, e após eventual ajustamento manual pelo supervisor, poderá ainda ser aumentada ou diminuída até 0,5 pontos, consoante seja expectável que ocorram, no curto prazo (até 1 ano), alterações nas condições que justificaram a notação atribuída, que se traduzam, respetivamente, numa degradação ou melhoria do risco de crédito.

De acordo com (Pinheiro e Soares, 2007), as respetivas agências de rating atribuem pontos de riscos às diferentes emissões de títulos e analisam a capacidade da solvência dos respetivos emitentes através de uma análise do nível do risco de sector da atividade, como o banco encontra-se posicionado no mercado, seus rendimentos, situação financeira e por fim a qualidade da sua gestão. Deste modo o quadro baixo evidencia a classificação atribuída a dívida de medio e longo prazo pelas 3 maiores agências internacionais designadas por standard & Poor's (S&P), Moody's e Fitch.

Tabela 2.4 Classificação do rating

	S&P	Moody's	Fitch	Interpretação
Nível de Investimento	AAA	Aaa	AAA	Crédito de melhor qualidade
	AA+	Aa1	AA+	Elevada qualidade
	AA	Aa2	AA	
	AA-	Aa3	AA-	
	A+	A1	A+	Forte capacidade de Pagamento
	A	A2	A	
	A-	A3	A-	
	BBB+	Baa1	BBB+	Capacidade de pagamento Correcto
	BBB	Baa2	BBB	
BBB-	Baa3	BBB-		
Nível de Especulação "Junk bonds"	BB+	Ba1	BB+	Assegurá provavelmente os compromissos Incerteza crescente
	BB	Ba2	BB	
	BB-	Ba3	BB-	
	B+	B1	B+	Obrigações em elevado risco
	B	B2	B	
	B-	B3	B-	
	CCC+	Ca1	CCC+	Atualmente vulnerável
	CC	Ca2	CC	Muito vulnerável
	C-	Ca3	C-	Incumprimento iminente
D	C	C/D	Incumprimento	

Fonte: Adaptado VIEITO, P. João; MAQUIEIRA P. Carlos – Finanças empresariais

O risco de mercado, por sua vez, é associado ao risco de flutuações de cotações. Estas flutuações podem ocorrer devido as taxas de juro, taxas de câmbio e dos preços do mercado, acionista e das matérias-primas.

De acordo com a disciplina de mercado 2020 da Caixa Geral de Depósitos (CGD), “O risco de mercado reflete impactos negativos potenciais nos resultados ou no capital da instituição, decorrentes de movimentos desfavoráveis do preço dos ativos em carteira”.

O risco de mercado consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações, preços de mercadorias. O risco de mercado decorre, principalmente, de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

O setor financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o mercado *over the counter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e ações.

O Banco tem uma carteira de ativos financeiros que possui alguma representatividade do ativo, mas que não foi constituída com o objetivo de negociação, mas sim de investimento. O risco de mercado decorre da probabilidade de impactos negativos provocados por movimentos desfavoráveis no preço de mercado, originando flutuações nas taxas de juro, cotações de ações e taxas de câmbio. (MAR, 2007)

Tabela 2.5 Componentes do risco do mercado

Rubricas de referência	Objectivo da avaliação
Volatilidade	Determinar a volatilidade da carteira de negociação.
Concentração e correlação	Determinar o risco de concentrações de exposições na carteira de negociação.
Liquidez de mercado	Avaliar a capacidade de alienar activos de forma célere e com perda mínima.

Fonte: Modelo de Avaliação de Riscos (MAR:2007)

Risco de liquidez é a impossibilidade de cumprir com as obrigações contratuais e financeiras no curto e longo prazo, ameaça sua posição financeira ou sua própria existência. O controlo de liquidez é assegurado pela Direção Financeira e Internacional (DFI) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DFI é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de ativos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No setor bancário cabo-verdiano, o coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa é de 15%, pelo que em caso de dificuldades os bancos têm uma maior capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

De acordo com o Relatório e Contas do BCA do ano de 2020, o risco operacional² corresponde ao risco de impactos negativos nos resultados ou capitais decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação de operações, fraude interna e externa, uso de recursos subcontratados, processos internos de tomada de decisão ineficazes, recursos humanos insuficientes ou inadequados e de situações de inoperacionalidade da infraestrutura.

A seguinte tabela apresenta de uma forma mais resumida as várias categorias dos riscos:

²Disponível em [{d5c43c9a-3462-461b-9e42-6caa262c54c0}.pdf \(bca.cv\)](#)

Tabela 2.6 Riscos Bancário

	Tipos de risco	Subcategoria	Descrição
Riscos financeiros	Crédito	Incumprimento	Risco de ativo ou empréstimo de se tornar todo ou em parte irrecuperável no caso de inadimplência
	Mercado	Taxa de Juro	Risco associado a instrumentos financeiros transacionados em mercados próprios e/ou transações em mercados de reduzida liquidez
		Taxa de Câmbio	
		Preços/Commodities	
		Cotações ações/trading	
	Liquidez	Risco Imobiliário	Falta de liquidez para honrar os seus compromissos face aos terceiros.
Fluxo de caixa / Incompatibilidades Concentração			
Riscos não financeiros	Operacional	Fraude, Erros e Processos	Risco associado as falhas da inadequação de processos, pessoas e informações ou sistema.
		Tecnologias, Informação	
		Segurança ou Meio Ambiente	
	Negócio/Estratégia	Decisões/Estratégias	Alterações no mercado
	Reputação	Reputação	Da uma perceção de imagem negativa
	Legal/Conformidade	Normas/Regras/Jurídico	Violação de regulamentos.
	Pais/Soberano	Perturbações Políticas	Risco de inadimplência de um Estado
	Fundo de Pensões	Desvalorização do Fundo	Contribuições não Previstas
	Solvência	Capital	Incapacidade de cobrir Perda
Sistémico	Choque Financeiro	Propagar todo setor financeiro	

Fonte: adaptado de Amaral, IFB

2.3. Características de Crédito

A atividade de conceder crédito, é por sua natureza, um negócio de risco, e normalmente os clientes buscam a instituição financeira, porque necessitam de meios para investir nos seus projetos.

A instituição financeira tem o costume de conceder créditos somente as pessoas que sejam seus clientes, normalmente quando esses necessitam de recursos, eles recorrem ao banco, que tem como norma elaborar uma análise minuciosa para a concessão do crédito pretendido, baseados primordialmente em critérios pessoais e financeiros.

O banco procura indícios de insolvência de clientes, pois a preocupação é que a quantia emprestada não retorne mais com os respetivos encargos financeiros, que são juros e correção monetária

Ao analisar uma proposta de crédito, a instituição financeira tem por norma fazer, no mínimo, dois tipos de análises: uma análise subjetiva composta por critérios não mensuráveis (caráter e capacidade), e uma análise objetiva composta por parâmetros mensuráveis e concretos (capital e condições). Os quatro critérios referidos não esgotam todos aqueles aplicados pelas instituições financeiras, cada uma delas pode ter critérios próprios, subjetivos e objetivos para efetuar a análise global de seus clientes.

A análise do risco de crédito é a metodologia que permite mensurar se uma transação de dívida solicitada por um cliente é fiável e em que condições atende as métricas de risco e retorno de cada instituição financeira, bem como as exigências mínimas requeridas pelo regulador bancário.

De acordo com Neves (2000) destacam-se os cinco Cs de uma boa análise concessão de crédito:

- ✓ **Carácter ou Credibilidade** - é uma das características mais importantes, e trata-se do entendimento do subjetivo de que neste caso é tomador e até que ponto está comprometido a honrar as suas obrigações.
- ✓ **Capacidade** - consiste na análise técnica de que o tomador produzirá um fluxo de caixa suficiente ou terá acesso à liquidez necessária para fazer frente ao compromisso assumido.
- ✓ **Condições** - trata-se da análise de fatores externos não controláveis pela empresa, tais como mudanças macroeconómicas, tecnológicas, ambientais ou regulatórias que possam impactar a sua performance de modo positivo ou negativo.
- ✓ **Capital** - corresponde ao levantamento que visa saber se o património da empresa é suficiente e se a sua estrutura de capital é adequada no sentido de ter os recursos necessários para investir na sua atividade, com o intuito de gerar um fluxo de caixa suficiente para cobrir as suas dívidas e obrigações.
- ✓ **Colateral** – avalia as garantias reais ou avais pessoais se são suficientes para cobrir total ou parcialmente, ao risco assumido pela instituição financeira.

Segundo Carvalho (2009), no momento da concessão de crédito devemos ter em conta a dois tipos de fontes de informações (externa e interna), que podem pôr em causa o incumprimento da dívida.

De uma maneira mais simplificada a seguinte tabela apresenta as informações necessárias:

Tabela 2.7 Natureza da informação ponderada nas avaliações de crédito

Interna	Externa
Relação com o cliente	Relatórios financeiros
Histórico dos pagamentos	Informação Bancária
Tipo de produto ou serviço	Declaração de rendimentos
Finalidade do crédito	Sector de atividade
Valor do cliente	Tipo de Cliente
Volume dos lucros ou faturação	Informação de outros credores

Fonte: Carvalho (2009; 126)

2.4. Gestão de Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é um dos grandes desafios para os bancos, sendo que o insucesso nesta frente conduz inevitavelmente à falência. A recente crise do *sub-prime* é o expoente máximo das consequências do risco de crédito.

De acordo com Carvalho (2009), o objetivo da gestão de risco é ajudar na criação de valor ou lucro e, conseqüentemente, facilitar a realização das metas da instituição. Portanto, é essencial identificar os motivos do risco, analisá-lo e quantificá-lo, isto é, perceber os eventos, produtos ou serviços que levam a instituição financeira suscetível ao risco. Do conceito de risco, evidenciam-se duas possíveis variáveis de medir: a consequência e a possibilidade do acontecimento dos eventos de risco por isso que, é necessário definir o modo de gerir e conduzir esse risco.

Gestão de risco é considerada ativa, estratégica e integrada num processo que engloba a quantificação e a mitigação do risco, com o objetivo final de maximizar o valor do banco, e contribuir para a diminuição do risco de falência.

Segundo Alcarva (2011, p.53-54), os bancos em termos organizativos “têm-se dividido em três partes principais: O *Front Office*, onde se integram as equipa comerciais de *Retail Banking* e *Corporate Banking*, o *Middle Office*, onde se processa a gestão do risco de crédito e de TI, e o *Back Office*, que fornece serviços administrativos e de apoio partilhados”. Para efeito desta dissertação, entender-se-á *Middle Office* como sendo a estrutura centralizada que tem o foco na gestão de riscos de crédito do *Retail* e *Corporate Banking*. Ou seja, com a criação deste nível organizacional intermédio a rede comercial libertou-se das suas funções de decisão de crédito, ficando mais disponível para tarefas mais comerciais. Por norma, as áreas de *Middle Office DE RISCO* são compostas por três segmentos:

- ✓ Área de concessão de crédito;
- ✓ Acompanhamento da carteira;
- ✓ Recuperação

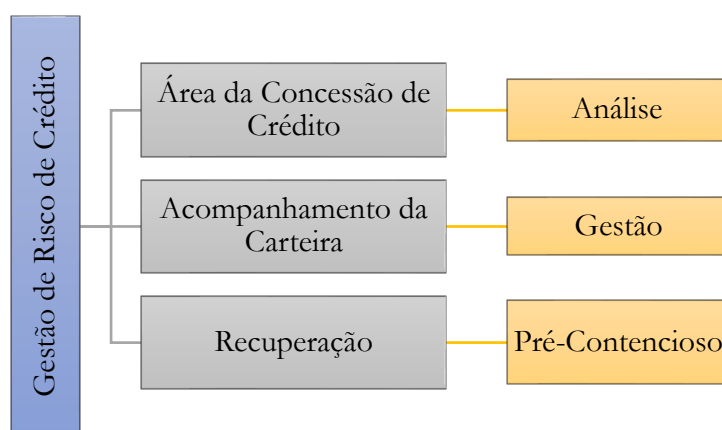


Figura 2.2 Segmentação do *Middle Office*

Fonte: Paulo ALCARVA, *A Banca e as PME*, Vida Económica, Porto, 2011.

A área de concessão de crédito receciona as propostas de crédito (novas ou renovação de limites de exposição), competindo ao *Middle Office* fazer a análise económico financeira, a comparação sectorial, comentar a rendibilidade dos clientes, analisar as responsabilidades dos clientes no Banco e no total da banca, posto o que elabora o parecer e a responsabilidade para decisão.

O departamento de acompanhamento do crédito tem como principal função prevenir a degradação da carteira de risco, desde a fase de concessão de crédito, bem como apoiar o processo de regularização de incumprimentos dos clientes que tiveram uma evolução negativa.

Ou seja, através de feedback das áreas comerciais e um sistema de acompanhamento próprio (estudos específicos e visitas aos clientes, estudos sectoriais), esta área da direção de risco monitoriza em permanência a carteira de crédito do Banco. Na eventualidade de ser identificado algum problema com o cliente, a área de acompanhamento define o plano de ação, que pode passar pela manutenção da vigilância ou pela articulação de uma ação de redução/extinção de envolvimento. Em clientes com probabilidade potencial ou efetiva de ocorrer incumprimento, compete também a esta área de gestão de risco a constituição de imparidade (previsão económicas).

Finalmente, a área de recuperação de crédito acolhe os clientes problemáticos, por norma já com incumprimentos registados, mas numa perspetiva amigável e não judicial. Claro está que, caso os incumprimentos não se resolvam por ação desta área do *Middle Office*, compete-lhe propor a sua passagem para o contencioso do Banco (via judicial).

Na prática, as áreas comerciais podem gerir incumprimentos durante cerca de um mês, ao fim do qual entra em ação a área de acompanhamento, o que transitará o cliente para a área de recuperação. Após a manutenção do incidente por mais um mês, a área de recuperação faz então o maior esforço de recuperação, num processo pré-contencioso, mas amigável.

2.5. Função de Gestão de Riscos

De acordo com o artigo 115º, m) do RGICSF³, as instituições de crédito estabelecem um conjunto de regras ou funções, sendo que é responsável por:

- ✓ Garantir que todos os riscos materiais da instituição de crédito são identificados, avaliados e reportados adequadamente;
- ✓ Participar na definição da estratégia de risco da instituição de crédito;
- ✓ Participar nas decisões relacionadas à gestão de riscos materiais.

³ Aditado pelo decreto-lei 298/92

Acordos de Basileia

Os Acordos de Basileia são um conjunto de acordos bancários firmados entre vários bancos centrais de todo o mundo para mitigar o risco de crédito criando exigências mínimas de reserva de capital. São organizados e publicados pelo *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS). Os acordos são coordenados no Banco de Compensações Internacional (BIS) na cidade de Basileia, Suíça, que reúne vários bancos centrais dos diversos países.

O Comitê, sediado no *Bank for International Settlements* em Basileia, foi criado para aumentar a estabilidade financeira, melhorando a qualidade da supervisão bancária em todo o mundo, e para servir como um fórum de cooperação regular entre seus países membros em questões de supervisão bancária.

O BCBS é o principal padrão global para a regulação prudencial dos bancos e fornece um fórum de cooperação em questões de supervisão bancária. Seu mandato é fortalecer a regulação, a fiscalização e as práticas dos bancos em todo o mundo com o objetivo de aumentar a estabilidade financeira. Desde sua criação, o Comitê de Basileia ampliou sua adesão do G10⁴ para 45 instituições de 28 jurisdições. Começando com a Basileia Concordar, emitida pela primeira vez em 1975 e revisada várias vezes desde então, o Comitê estabeleceu uma série de normas internacionais para regulação bancária, mais notavelmente suas publicações de referência dos acordos sobre adequação de capital que são comumente conhecidos como Basileia I, Basileia II e, mais recentemente, Basileia III.

Acordo de Basileia I

Com as bases para a supervisão de bancos ativos internacionais, a adequação do capital logo se tornou o foco principal das atividades do Comitê. No início da década de 1980, o início da crise da dívida latino-americana aumentou as preocupações do Comitê de que as relações de

⁴ G10 correspondem aos seguintes países, Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos.

capital dos principais bancos internacionais estavam se deteriorando em um momento de crescentes riscos internacionais. Apoiados pelos governadores do G10, os membros do Comitê resolveram deter a erosão das normas de capital em seus sistemas bancários e trabalhar para uma maior convergência na medição da adequação do capital. Isso resultou em um amplo consenso sobre uma abordagem ponderada para a medição do risco, tanto dentro como fora dos balanços dos bancos.

Esse acordo foi criado em 1988 pelos G10 sob a jurisdição do BIS (Bank For International). É acordo de grande importância para o sector financeiro. Segundo o BIS (2015), o acordo resultou do consenso sobre a abordagem sobre a ponderação do risco dentro e fora dos balanços dos bancos e tinha como objetivos a convergência na mensuração de adequação de capital com vista ao reforço da estabilidade do sistema bancário internacional e a remoção da forte disparidade concorrencial resultantes das diferenças nos requisitos de capital nacional.

O acordo debruça-se em 3 pontos essenciais

1. Capital Regulatório - corresponde ao montante de capital próprio para cobrir os riscos ou perdas.
2. Índice mínimo de capital para Cobertura do risco – trata-se do capital regulatório mínimo que nesse caso é de 8% sobre o volume de ativos em empréstimos e investimentos.
3. Fatores de ponderação de riscos dos ativos-é feito sobre a exposição ao risco de crédito dos ativos é ponderado por diferentes pesos, nesse caso considerando o perfil do tomador ou devedor.

De uma maneira resumidamente o acordo de Basileia I centrava-se mais em aspetos relacionados ao risco de crédito e mais tarde acrescentou-se ao risco de mercado, com o objetivo de evitar alavancagens exageradas que os bancos estavam expostos e salvaguardava a continuidade das suas atividades, proporcionando uma liquidez e solvabilidade mínima (8%) e tentava reduzir a aquisição de ativos de elevado risco porque caso os bancos mantivessem grande número de ativos de risco elevado baixava o seu rácio de solvabilidade devido a elevada ponderação ou elevado peso destes ativos no seu capital. O acordo de Basileia I preconizava que, se por um lado o banco quisesse aumentar a sua carteira de crédito, por outro, devia aumentar o seu capital.

Acordo de Basileia II

O Acordo de Basileia II foi estruturado em 2004 e surgiu no âmbito das alterações de comportamento do mercado onde os bancos se expunham a elevados níveis de risco de crédito entre outros riscos.

Foi implementado definitivamente em 2007 e, segundo o BIS (2015), este é composto por três pilares:

- ✓ Mínimo de capital requerido que deve ser acima de 8% e baseia-se no rácio do capital sobre os ativos referentes ao crédito, ao câmbio e as operações bancárias que estão diretamente ligadas aos riscos de crédito, de mercado e risco operacional.
- ✓ O processo de supervisão bancária que engloba a autoridade de supervisão dos bancos centrais sobre as instituições financeiras no que concerne na avaliação das Atividades bancárias, melhoramento do diálogo entre os bancos supervisores, instituições financeiras e o desenvolvimento do Sistema de Controlo Interno para a analisar o risco.
- ✓ E a disciplina de Mercado que obriga a que as instituições financeiras divulguem detalhadamente ao Banco Supervisor e a todos utentes os seus níveis de exposição ao risco com o objetivo de incentivar as boas praticas bancárias.

Acordo de Basileia III

Mesmo antes do colapso do Lehman Brothers, em setembro de 2008, a necessidade de um fortalecimento fundamental do quadro da Basileia II tornou-se evidente. O setor bancário entrou na crise financeira com muita alavancagem e buffers de liquidez inadequados. Essas fraquezas foram acompanhadas pela má governança e gestão de riscos, bem como estruturas de incentivo inadequadas. A combinação perigosa desses fatores foi demonstrada pelo despeço dos riscos de crédito e liquidez e pelo crescimento excessivo do crédito (BIS 2015).

O Acordo de Basileia III reforça os três pilares do Basileia II e segundo o BIS (2015) trouxe novas abordagens tais como:

- ✓ Uma camada adicional de ações ordinárias – conservação de capital – que quando ultrapassada restringe os pagamentos de rendimentos para proteger o requisito de capital mínimo;
- ✓ Um “amortecedor” de capital anti cíclico que impõe restrições sobre a participação dos bancos no sistema de elevados riscos, com o objetivo de reduzir as suas perdas de crédito;
- ✓ Um rácio de alavancagem – uma quantidade mínima de absorção de perdas de capital em relação a todos os ativos de um banco e exposições fora do balanço independentemente da ponderação de risco, definido como “medida de capital” (numerador), dividido pela “medida e exposição” (denominador) e é expressa em percentagem.
- ✓ Exigências de liquidez – as ICs devem ter um rácio mínimo de liquidez, rácio de cobertura de liquidez que se destina a fornecer valores suficientes para suprir as necessidades de financiamento durante 30 dias de stress; e um rácio de longo prazo, 26 rácio de financiamento líquido que destina-se a resolver o desfasamento de maturidade superior de todo o balanço;
- ✓ Propostas adicionais para os bancos sistematicamente importantes, incluindo os requisitos de capital suplementar, aumento de capital contingente e arranjos forçados pela supervisão.

3. MODELOS DE PREVISÃO DE FALÊNCIA DE EMPRESAS

Há duas vertentes na literatura de previsão de falências. Uma delas se dedica fundamentalmente ao desenvolvimento e à comparação de desempenho entre modelos econométricos. A outra é formada por autores que são usuários desses modelos e se dedicam primordialmente a identificar variáveis explicativas relevantes para as falências bancárias, valendo-se em grande medida de indicadores produzidos a partir de demonstrações financeiras dos bancos.

Beaver (1966) e *Altman* (1968) são apontados como autores seminais dos métodos de previsão de falência empresarial através de rácios financeiros. Geralmente, existem três principais técnicas utilizadas como metodologias associadas aos modelos de previsão de falência empresarial utilizando dados financeiros, sendo eles:

- i) Modelos univariados;
- ii) Análise discriminante multivariada;
- iii) Modelos de probabilidade condicionada.

3.1. Modelos Univariados

Em 1966 apareceu o primeiro modelo de previsão, baseado nos dados estatísticos, associado à análise de rácios. Normalmente este modelo foi desenvolvido por *William Beaver*, com o intuito de avaliar e analisar os rácios financeiros de uma forma separada.

Beaver (1966) introduziu o uso da análise financeira de elementos da contabilidade para estimar o risco de falência financeira, foi também um dos pioneiros no uso de técnicas estatísticas na análise de rácios financeiros para prever a falência empresarial. Para o efeito, utilizou a análise univariada, assumindo que uma única variável apresenta capacidade explicativa para a previsão da falência.

Portanto a análise de indicadores financeiros, tem sido o método tradicional mais usado para prever a deterioração da saúde financeira das empresas, tanto em comparações com semelhantes como dentro das mesmas ao longo do tempo.

O tipo da natureza dessa análise é univariada no que respeita o sentido em que as variáveis são observadas e analisadas uma após a outra, não existindo intuito de realização de uma análise que capture um efeito integrado, de quaisquer variáveis juntas, sobre a saúde financeira da empresa; dito por outras palavras caracteriza-se por todo o peso da previsão em recair sobre o

resultado de uma única variável, ou seja, falida ou não função da rentabilidade, solvabilidade ou liquidez geral, por exemplo.

Um dos pressupostos principais desta abordagem se refere a proporcionalidade entre o numerador e denominador do rácio a ser analisado. O que, no entanto, tem forte probabilidade de ser violado em duas áreas:

- ✓ Relação entre as duas variáveis pode ser não linear, originando um resultado não proporcional;
- ✓ Termo constante poderá desempenhar um papel na relação entre duas variáveis de um rácio, impedindo a proporcionalidade.

Além disso, a Análise Univariada enfatiza sinais individuais de perigo iminente das empresas e, por consequência, que a classificação pode ser feita por um rácio de cada vez o que poderá ser suscetível de interpretação potencialmente falha e confusa.

Inicialmente considerou 30 rácios financeiros, após analisados selecionou seis que testou numa amostra constituída por 79 empresas falidas e outras tantas não falidas, no período de 1954 a 1964, presentes em 38 indústrias. Os 6 rácios selecionados foram os seguintes:

Rácio de *Cash-flow* = (Resultado Líquido + Depreciações e Amortizações e Provisões) / Passivo Total;

Rácio de Rentabilidade = Resultados Líquidos / Ativo Total;

Rácio de Endividamento = Passivo Total / Ativo Total;

Rácio do Fundo Maneio = Fundo de Maneio / Ativo Total;

Rácio de Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente;

Rácio de Segurança = (Ativo Corrente – Inventários) / Gastos Operacionais.

3.2. Análise Discriminante Multivariada

Trata-se de uma técnica que surge na tentativa de diferenciar estatisticamente dois ou mais grupos recorrendo a múltiplas variáveis em simultâneo. A sua aplicação na área financeira inicia-se relacionada com a falência e sua previsão.

De acordo com *Hughes* (1993) a metodologia consiste em três passos:

1. Estabelecer dois grupos mutuamente exclusivos, um de empresas falidas e outro de empresas que continuam a operar com sucesso;
2. Recolher os rácios financeiros para ambos os grupos;
3. Identificar dos rácios recolhidos os que melhor discriminam os dois grupos.

Diz ainda *Hughes* (1993), que a Análise Discriminante Multivariada apresenta claras vantagens em relação à análise isolada de rácios financeiros, contudo o modelo só é razoável quando a informação for bem utilizada e interpretada, podendo então existir problemas vindos de amostragem não aleatória das empresas, diferenças de tratamento contabilístico, contabilidade criativa, e do facto de empresas em dificuldades financeiras terem tendência de atrasar a divulgação da sua informação financeira.

Segundo *Hughes* (1993) e *Peres e Antão* (2017), a Análise Discriminante Multivariada apresenta claras vantagens à análise isolada de rácios financeiros, apesar de tudo não está isenta de sensibilidades:

- a) Territorial - Corresponde ao Modelo concebido para determinado país, área ou região e terá um desempenho potencialmente diferente quando aplicado a uma amostra geograficamente diferente. Quanto aos países diferem em aspetos legais, contabilísticos, impostos e sistemas de trabalho, facilidade de acesso a crédito, características dos seus sistemas financeiros e, em última instância, políticas macro e microeconômicas, questões de tradição e culturas que dificulta o estilo de gestão;
- b) Setorial - isto é, cada sector tem características específicas, desde o desempenho dos seus indicadores financeiros às intrínsecas à sua operação. Existindo indicadores financeiros que se comportam de maneira específica dependendo do sector. Um modelo que não tenha isso em conta e agregue diferentes indústrias ou sectores poderá vir a excluir indicadores que, embora possam não ser bons preditores para alguns sectores, podem sê-lo para outros;
- c) Temporal - é improvável que um modelo projetado com uma amostra de meados do século XX retenha o mesmo desempenho de classificação quando aplicado a uma atual, mesmo que ambas pertence ao mesmo país e sector, tenham o mesmo tamanho e características. O panorama dos negócios mudou substancialmente desde o século

passado e adicionalmente também houve desenvolvimentos nos sistemas de informação e no tratamento contabilístico de algumas rubricas, bem como a *goodwill*, os gastos com investigação e desenvolvimento (I&D), e outras opções de capitalização de despesas;

- d) Enviesamento da seleção da amostra - a amostragem não aleatória, onde o analista não aplica nenhum tratamento específico ou seleciona toda a população, resulta na inclusão de mais casos de um tipo do que de outro (saudável ou falido) na fase de treino ou de construção do modelo. Naturalmente, o desenvolvimento de um modelo a partir de uma amostra que tenha mais elementos de um grupo do que o outro poderá fazer com que ele seja tendencioso mais tarde quando se tratar de classificar empresas;
- e) Pressupostos da seleção - além de todas as sensibilidades anteriores, o modelo também é definido pela opinião do analista sobre os rácios financeiros ou indicadores que devem ou não ser incluídos nele, bem como as suposições que esse faz em relação aos testes a serem realizados, as segmentações a serem feitas e outras medidas a serem implementadas para enfrentar os problemas que vão surgindo.

A função discriminante é apresentada na equação 1:

$$Z = v_1X_1 + v_2X_2 + \dots + v_nX_n \quad (1)$$

Onde:

Z=Índice discriminante (variável dependente);

$V_1 \dots V_n$ = Coeficientes discriminantes

$X_1 \dots X_n$ = Variáveis explicativas (independentes).

Modelo de Altman

Posteriormente, Altman (1968) propôs modelos que combinam vários rácios e aplicou a análise discriminante. Defendeu que a abordagem da análise univariada não permitia estudar as relações entre cada um dos rácios, pois estudava-os isoladamente. Daí a importância da passagem para a análise multivariada que considera um conjunto de características das empresas,

bem como as relações entre essas características. Com o estudo “*Financial Ratios, Discriminant Analysis and the Prediction of Corporate Bankruptcy*”, Altman (1968) desenvolveu o modelo *Z-Score* utilizando a análise múltipla ou análise discriminante múltipla aplicada à previsão da falência das empresas. Para o efeito, selecionou 22 rúcios que testou numa amostra constituída por 66 empresas industriais, sendo 33 empresas falidas e 33 não falidas, no período de 1946 a 1965 e com um ativo superior a 1 milhão de dólares. Após tratamento estatístico identificou os cinco rúcios que melhor distinguem os dois grupos de empresas. Os rúcios estavam relacionados com a liquidez, rendibilidade, endividamento, solvabilidade e a atividade através de uma função que deu origem a um modelo de previsão para discriminar empresas falidas de empresas não falidas. O modelo considerava apenas a informação do balanço e da demonstração dos resultados das empresas selecionadas. A função discriminante do Modelo de Altman (1968) é obtida pela segunda equação:

$$Z = 0,012 X_1 + 0,014 X_2 + 0,033 X_3 + 0,006 X_4 + 0,999 X_5 \quad (2)$$

Onde:

X_1 = Fundo de Maneio / Ativo Total;

De acordo com Altman (1999), o valor do X_1 é um rácio frequentemente utilizada para empresas que apresenta as dificuldades financeiros, normalmente uma empresa que esteja constantemente com perdas operacionais conduz a uma diminuição no fundo maneio, bem como o ativo total.

X_2 = Resultados Transitados / Ativo Total;

Trata-se de um indicador que reflete a os resultados transitados levando em conta a idade da empresa. De acordo com Altman (1968), uma empresa mais recente tem a maior probabilidade de ser classificada com falida, em relação a uma empresa mais velha, *ceataris paribus*. Além disso, o rácio mede alavancagem de uma empresa.

X_3 = Resultado Antes de Juros e Impostos / Ativo Total;

Mostra a verdadeira produtividade dos ativos da empresa, excluindo de quaisquer impostos ou de alavancagem. Uma vez que a existência final de uma empresa se baseia na capacidade que os seus ativos renderam. Segundo Altman (1968), deve ser considerado em estudos de previsão de falência de empresas.

X_4 = Valor de Mercado dos Capitais Próprios / Passivo Total;

O valor de mercado dos capitais próprios representa a capitalização bolsista, (assumindo que este valor representa o correto valor da empresa), e sendo este a diferença entre Ativo total e Passivo total, então este rácio indica-nos em que montante pode os ativos da empresa decrescer antes de a empresa entrar em falência (ou seja, os seus passivos excederem os seus ativos).

$$X_5 = \text{Vendas} / \text{Ativo Total}.$$

Por fim temos o rácio X_5 que é denominado de rotação dos ativos que ilustra a capacidade de gerar vendas dos ativos da empresa. sendo um indicador muito útil para os gestores das empresas poderem atingir os seus objetivos em termos estratégicos.

O modelo *Z-score* aplicado a várias realidades Não é objetivo deste trabalho analisar o modelo *Z-score* obtido por Altman, em particular as variáveis identificadas como sendo as que obtêm melhor capacidade de classificação, pelo simples facto de que o modelo obtido se aplica a uma realidade muito específica. Aplica-se a empresas com características específicas em termos de dimensão, sector de atividade, cotação em bolsa e a um determinado período. Tentativas de aplicar o modelo original de Altman tem obtido resultados pouco encorajadores, porque os modelos *Z-score* só podem ser aplicados corretamente à população de onde foram deduzidos. Uma mera atualização dos coeficientes também não é suficiente, porque a interdependência dos rácios tende a alterar-se com a evolução da realidade empresarial, (Agarwal e Taffler, 2007). Significa que “a aplicação dos modelos a períodos e a sectores de atividade diferentes do que aqueles a partir dos quais o modelo foi obtido resulta numa deterioração significativa da capacidade classificativa do modelo” (Grice e Dugan, 2001:151) Consciente desta limitação, Altman introduziu várias alterações ao modelo inicial de modo a obter um modelo *Z-score* com quatro variantes; uma para empresas cotadas, outra para empresas não cotadas, outra para empresas não industriais, outra ainda para mercados emergentes, terminando no modelo *Zeta Credit Risk Model* (1977).

De forma a evidenciar a capacidade de distinguir separada as variáveis, foi executado um teste “F”. A seguinte tabela consta-se à diferença entre os valores médios dos rácios de cada grupo. De acordo com a tabela 3.1, podemos analisar que os índices apresentam um valor sempre mais alto nas empresas não falidas, então quanto mais elevado for o potencial de falência de uma empresa, menor será a sua pontuação discriminante.

Tabela 3.1 Médias das Variáveis e teste de significância

Variável	Média das empresas Falidas n=33	Média das empresas não falidas n=33	F Estatística
X1	-6,10%	41,40%	32,6*
X2	-62,60%	35,50%	58,86*
X3	-31,80%	15,30%	26,56*
X4	40,10%	247,70%	33,26*
X5	150,00%	190,00%	2,84*

Fonte: Altman, “Financial Ratios, Discriminant Analysis and the Prediction of corporate Bankruptcy”, p.596

Altman (1968), descreve um procedimento, por ele utilizado para selecionar os *cut-off points*, ou ponto “z” ótimo, sem a necessidade de utilização de computadores. Através da observação das empresas que foram mal classificadas pelo modelo, torna-se bastante claro que uma empresa com z-score superior a 2,99 é classificada como não falida, enquanto as empresas cujo z-score é inferior a 1,81 são classificadas como falidas. A área entre 1,81 e 2,99 será definida como a “zona cinza”, pela suscetibilidade dos erros de classificação. Partindo do pressuposto que os erros são observados neste intervalo de valores, não teremos certeza acerca de uma empresa cujo z-score está neste intervalo. Tornando-se assim possível estabelecer diretrizes para classificar empresas na zona cinza.

Normalmente o *Z-score* resultante para cada empresa e pode ser avaliado como:

Se $Z > 2,99$ – A empresa encontra-se na zona “segura”

Se $1,81 < Z < 2,99$ – A empresa encontra-se na zona “cinza”

Se $Z < 1,81$ – A empresa encontra-se na zona de “perigo”

Modelos de Edward Altman para empresas não cotadas (1993^a)

Depois da publicação do *z-score* do Altman (1968), e da sua aceitação em geral como um método de previsão de falências, o autor em 1983 sugere a re-estimação do seu modelo original, mas desta ocasião substituindo o valor contabilístico do capital próprio pelo valor de mercado, variável designada por X_4 , de modo a aplicar o modelo a empresas não cotadas. Altman (2000) refere que é expectável que tanto os coeficientes como os *cutoff points* variem com a nova estimação. E é exatamente o que acontece. O resultado do modelo é o que consta na equação 3:

$$Z\text{-score [2]} = 0,717X_1 + 0,847X_2 + 3,107X_3 + 0,420X_4 + 0,998X_5 \quad (3)$$

Onde:

X_1 = Fundo de maneio/Ativo total

X_2 = Resultados transitados/Ativo total

X_3 = EBIT/Ativo total

X_4 = Valor contabilístico do capital próprio/Passivo total

X_5 = Vendas/Ativo total

Neste caso, a interpretação do modelo, ou seja, os *cutoff points* são os seguintes:

Se $Z > 2,90$ – A empresa encontra-se na zona “segura”

Se $1,23 < Z < 2,90$ – A empresa encontra-se na zona “cinza”

Se $Z < 1,23$ – A empresa encontra-se na zona de “perigo”

A equação parece, agora diferente daquela calculada no modelo original. Note-se, p.e, o coeficiente X_1 passou de 1,2 para 0,7. Mas o modelo parece praticamente igual, àquele utilizando valores de mercado (Altman e Hotchkiss, 2006). A variável que foi modificada X_4 apresenta uma variação do seu coeficiente de 0,6001 para 0,42, o que significa que tem menor impacto no *Z-score*. X_3 e X_5 permanecem praticamente iguais. No entanto, no teste “F” que indica a significância estatística da variável, ou a capacidade de discriminar entre os dois grupos, apresenta um valor de 25,8, mais baixo do 33,3, mas ainda com significância estatística. Para além disso, o vetor escalado classifica, mesmo assim, X_4 como a terceira mais contributiva de todas as variáveis (Altman, 2000).

A precisão do Tipo I é apenas ligeiramente menos convincente em relação ao modelo utilizando valores de mercado. De 94% passou para 91%. No que toca ao Tipo II a precisão é praticamente a mesma, 97%. Neste caso a média do z-score do grupo das empresas não falidas é menor do que o modelo original notando-se um decréscimo de 5,02 para 4,14. A zona cinza, é agora mais ampla, contudo, tendo em conta que o ponto mais baixo é 1,23, ao contrário de 1,81 notado no original. Tudo isto indica que o modelo é, de alguma forma menos fiável do que o original (Altman, 2000).

Em 1997, Altman, citado por Alves, et al (2015) apresentara um novo modelo para as empresas de prestação de serviços em que a função esta discriminada pela equação 4:

$$Z(3) = 6.56x_1 + 3.26x_2 + 6.72x_3 + 1.05x_6 \quad (4)$$

Onde:

X_1 = Fundo de Maneio / Ativo Total;

X_2 = Resultados Transitados / Ativo Total;

X_3 = Resultado Antes de Juros e Impostos / Ativo Total;

X_6 = Valor Contabilístico dos Capitais Próprios / Passivo Total.

Como se pode constatar a variável X_5 (Vendas / Ativo Total) foi eliminada dado que nas empresas prestadoras de serviços existe um maior volume de vendas e um reduzido ativo, em particular o fixo. Nesse caso, o resultado ficaria distorcido. O resultado obtido pela aplicação deste modelo deve ser validado segundo o limite inferior de $Z(3) < 1,10$. Com um valor de classificação abaixo deste a empresa terá elevada probabilidade de falência sendo que, por outro lado, se o valor da classificação $Z(3) > 2,60$ a empresa estará saudável. Contudo caso $1,10 < Z(3) < 2,60$ a empresa não tem, então, uma tendência definida estando numa “zona cinzenta” e como tal com classificação indefinida para o presente modelo. A tabela 3.2. apresenta, resumidamente, os modelos de Altman.

Tabela 3.2 Os modelos de Altman

Variáveis	Modelo de Altman		
	Original (1968)	Revisto (1983)	Revisto (1993)
X1	0,012	0,717	6,56
X2	0,014	0,847	3,26
X3	0,033	3,107	6,72
X4	0,006	n.a	n.a
X5	0,999	0,998	n.a
X6		0,42	1,05
Limites			
zona falida	< 1,81	< 1,23	< 1,10
zona não falida	> 2,67	>2,90	>2,60
Zona cinzenta	1,81–2,67	1,23–2,90	1,10–2,60

Fonte: Altman 1968,1983,1983

O modelo *Z-score* permite uma rápida análise da situação financeira das empresas, bem como da sua estabilidade financeira ao longo do tempo. Dado que combina rácios financeiros, reduz a probabilidade de enviesamento provocado pela manipulação dos relatórios e contas da empresa a avaliar. Todavia o modelo, também, apresenta algumas limitações: o modelo original não pode ser aplicado em todas as situações, empresas não cotadas, não industriais e pequenas empresas, não considerando as especificidades das indústrias. A amostra não considera empresas cuja falência seja causada por fatores que não sejam refletidos nas demonstrações financeiras; os rácios selecionados resultam da eficiência estatística do modelo e não de uma teoria; para as empresas com resultados próximos de zero, por exemplo empresas que estão numa fase de expansão, o modelo não é útil dado os rácios X_2 e X_3 surgirem “indefinidos”. Importa salientar, que o modelo *Z-score* não determina o momento exato em que a empresa vai à falência, permite apenas identificar se a empresa está numa situação de stress financeiro.

3.3. Modelos de Probabilidade Condicionada

Em seguida à investigação desenvolvida por *Beaver*, em 1966, e por *Altman*, em 1968, surgiu o *James Oblson* que opta por representar um modelo de análise com base numa metodologia bastante diferente não só da análise univariada, mas também do modelo discriminante multivariado.

Oblson (1980) desenvolveu, um modelo de previsão de falências através da análise condicional *logit*, que se firma na utilização de uma regressão logística. A regressão *logit* prevê a probabilidade de uma determinada observação pertencer a um de dois grupos distintos baseado em uma ou mais variáveis independentes. Este modelo existe uma variável dependente Y binária que apenas pode assumir um de dois valores, 1 ou 0 onde cada valor representa um cenário de eventual ocorrência, mutuamente exclusivos. A variável assume o valor 1 caso determinada ocorrência se verifique e 0 caso contrário. Neste caso, 1 significa que dada empresa faliu no espaço de um ano, e 0 que a empresa se manteve em funções, em pelo menos 1 ano.

Poe escolher esse esse tipo de análise por parte de *Oblson* (1890) teve uma grande importância em decifrar às desvantagens dos outros métodos, mas corretamente o MDA (*Multivariate Discriminant Analysis*) em que obriga que as distribuições das variáveis independentes possuam certos requisitos específicos, como por exemplo, seguirem uma distribuição normal e que ambos os grupos de empresas apresentem matrizes de variância e covariância iguais, o que limita a seleção dos dados da amostra.

A amostra recolhida pelo autor é composta por 105 empresas que declararam falência durante o período compreendido entre 1970 e 1976, e por 2058 empresas que mantiveram a sua atividade no ano 1977. Essas empresas de ambos os grupos estiveram cotadas em bolsa e pertenciam ao setor industrial.

Conforme mencionado, *Oblson* (1980) usa o método *logit* na sua análise e estruturá-lo da seguinte forma (equação 5):

$$l(\beta) = \sum_{s1} \log p(X_i; \mathcal{B}) + \sum_{s2} \log (1 - ((1 - P(X_i; \mathcal{B}))) \quad (5)$$

Sendo que:

X_i representa o vetor das variáveis independentes (preditores);

β representa o vetor dos coeficientes a calcular;

$P(X_i, \beta)$ representa a probabilidade de falência dado qualquer x_i e β , e $0 \leq P \leq 1$;

S_1 , S_2 representam, respectivamente o grupo de empresas falidas e o grupo de empresas não falidas.

O objetivo deste modelo é encontrar o máximo desta equação, baseando em funções dos coeficientes β , para obter é preciso resolver a seguinte função (equação 6):

$$\max l(\beta) \tag{6}$$

Na falta uma teoria positiva de falência, não há solução fácil para colmatar o problema de selecionar uma classe de funções apropriada. Para facilitar o caminho mais fácil é escolher na base da simplicidade interpretativa e computacional.

O modelo *logit* é representado da seguinte forma, conforme equação 7:

$$P = \frac{1}{1+e^{-y_i}}, \quad \text{onde } y_i = \sum_j B_j X_{ij} = Bx_i \tag{7}$$

O modelo de Ohlson constitui um exemplo de um modelo *logit* aplicado a empresas industriais para prever a falência de empresas não financeiras dos EUA, com base na observação de 2058 empresas não falidas no intervalo de (1970-1976) e 105 empresas falidas.

E é constituído da seguinte formula pelo autor, conforme equação 8:

$$Ln \frac{PD}{(1-PD)} = -1.32 - 0.407X_1 + 6.03X_2 - 1.43X_3 + 0.076X_4 - 2.37X_5 - 1.83X_6 + 0.285X_7 - 1.72X_8 - 0.521X_9 \tag{8}$$

Onde:

$X_1 = \ln(\text{ativo total/deflador do PIB})$

$X_2 = \text{passivo total/ativo, total}$

$X_3 = \text{fundo de maneiio/ativo total}$

$X_4 = \text{passivo corrente/ativo, corrente}$

$X_5 = \text{resultado líquido/ativo total}$

$X_6 = \text{cash flow operacional} / \text{passivo total}$

$X_7 = 1$ (se resultado líquido negativo nos últimos 2 anos) e 0 nos restantes casos

$X_8 = 1$ (se passivo total > ativo total) e 0 nos restantes casos

$X_9 = \text{variação do resultado líquido último ano} / \text{soma do valor absoluto dos resultados líquidos dos últimos 2 anos.}$

Daqui surgem duas implicações, a primeira é que P é crescente com y, segundo, y é igual a $\log [P / (1 - P)]$. O modelo é, então de fácil interpretação, e essa é a sua principal virtude. O modelo de Ohlson consistia em nove variáveis contabilísticas (A.Hillegeist, Keating, Cram, e Lundstedt, 2004). Ohlson (1980) explica que o critério para a escolha dos indicadores foi a simplicidade, e não tentou empregar nenhum tipo de rácio novo ou exótico.

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

De acordo com Menezes (2000:37) a análise financeira consiste a um conjunto de técnicas destinadas a estudar as situações económica e financeira da empresa, como por exemplo (situação de tesouraria e estrutura financeira), através dos documentos contabilísticos e financeiros fundamentais e das demais informações disponíveis, cuja informação deverá ser implementada na estratégia da empresa para o seu próprio desenvolvimento.

Segundo das Neves (2009: 36), corresponde a conjunto de técnicas que tem por fim avaliar e interpretar a saúde económico-financeira da empresa. Esta avaliação e interpretação foca-se em torno das questões relevantes para a sobrevivência e desenvolvimento de qualquer empresa, por exemplo:

- ✓ Equilíbrio financeiro;
- ✓ Rendibilidade dos capitais;
- ✓ Crescimento;
- ✓ Risco;
- ✓ Valor criado pela gestão.

De modo a avaliar o perfil económico-financeiro de uma determinada empresa ou entidade, é necessário recorrer as técnicas de análises apropriadas. Embora existem várias técnicas, a mais utilizada recorre-se à análise de indicadores ou rácios.

Um indicador ou rácio é um quociente entre duas grandezas correlacionadas e obtidas nas demonstrações financeiras “balanço e demonstração de resultados”. A análise através de rácios estabelece diferentes relações entre várias rubricas das demonstrações financeiras. A informação obtida é uma informação mais expressiva do que as rubricas em valor absoluto, o que permite, com mais facilidade, estabelecer comparações, procurar forças e fraquezas nas empresas. Dito de outro modo, este é um instrumento de apoio que consegue sintetizar, uma relativa quantidade de informação e ajuda na comparação do desempenho económico-financeiro das empresas, ao longo do tempo (Neves, 1996: 72).

Portanto os rácios, assim como outros instrumentos usados para recolher uma informação apresenta as suas vantagens e limitações segundo Farinha (1995) e Neves (1996).

De seguida encontra-se de forma resumida as vantagens na utilização dos rácios:

- ✓ O diagnóstico financeiro elaborado a uma empresa é feito a partir do triângulo de liquidez, rentabilidade e estrutura financeira que tem subjacentes rácios;
- ✓ A informação usada encontra-se de uma forma resumida, concisa e objetiva;
- ✓ É possível alcançar conclusões com base em dados quantitativos;
- ✓ Permite compreender qual a rentabilidade, a solvabilidade, a liquidez e o equilíbrio financeiro da empresa;
- ✓ Facilita a realização de comparações na mesma empresa durante um período e/ou entre empresas diferentes num mesmo espaço temporal.

De igual modo apresento as suas limitações que são:

- ✓ Os rácios refletem os possíveis erros presentes nas demonstrações financeiras;
- ✓ Dificuldade em explicar os limites do indicador, o que torna a análise mais subjetiva;
- ✓ A prática de políticas contabilísticas diferentes em empresas do mesmo setor, pode causar à obtenção de rácios desfigurados;

O rácio por si só não é possível de ser classificado como bom ou não, aceitável ou inaceitável pois para que o valor obtido seja útil é necessário ser comparado a um valor padrão. De igual forma foram identificados três padrões diferentes que podem ser usados para avaliar os rácios calculados:

- ✓ Comparação de um rácio com o mesmo rácio calculado para o ano anterior, a fim de avaliar alterações significativas;
- ✓ Comparação de um rácio com o mesmo rácio para empresas semelhantes no mesmo mercado onde esta se insere;
- ✓ Comparação de um rácio com a média do setor, a fim de avaliar a capacidade da empresa para competir com outras no mercado.

Os rácios económico-financeiros podem ser divididos em quatro grupos, nomeadamente:

- ✓ Rendibilidade;
- ✓ Liquidez;

- ✓ Alavanca Financeira;
- ✓ Funcionamento.

O rácio de rendibilidade pretende-se estudar três vertentes segundo Farinha (1995, 18):

- ✓ Capacidade da exploração em gerar margem líquida;
- ✓ Capacidade de os ativos gerarem rendimento;
- ✓ Capacidade da empresa em remunerar os seus acionistas/sócios, ou seja, gerarem lucro.

4.1. Indicadores de rendibilidade

Os rácios de rendibilidade são, assim, indicadores, expressos em percentagem, da relação entre o resultado (lucro ou prejuízo) e o volume de negócios ou uma grandeza de capital (Neves, 1996: 77). A rendibilidade de uma empresa pode ser avaliada através de diversos rácios, designadamente os seguintes:

- ✓ Rendibilidade Operacional das Vendas - analisa a relação entre os resultados operacionais e o volume de negócios, relaciona também o valor acrescentado gerado pela atividade das vendas antes dos encargos financeiros e impostos. Uma melhoria deste índice pode refletir uma alteração de preços, melhoria de gastos dos fatores utilizados no processo produtivo ou mesmo uma maior eficiência dos mesmos, como podemos verificar na equação 9:

$$\text{Rendibilidade operacional das vendas} = \frac{\text{Resultados Operacionais}}{\text{Vendas}} \times 100 \quad (9)$$

- ✓ *Return on Sales* (ROS) ou Rendibilidade Líquida das Vendas - analisa a relação entre os resultados líquidos e o volume de negócios, ou seja, a margem líquida do negócio (equação 10):

$$\text{Rendibilidade Líquida das Vendas} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Vendas}} \times 100 \quad (10)$$

- ✓ *Return on Equity* (ROE) ou Rendibilidade dos Capitais Próprios: é um rácio bastante importante para os acionistas e investidores da empresa, uma vez que realça a capacidade da empresa em gerar o retorno a todos aqueles que nela investiram. Assim, a rendibilidade do capital próprio está a um nível aceitável, comparativamente, às taxas de rendibilidade do mercado de capitais e ao custo do financiamento (Neves, 1996: 78), como mostra a equação 11:

$$\text{Rendibilidade dos CP} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}} \times 100 \quad (11)$$

- ✓ Rendibilidade do Ativo: analisa a capacidade que a empresa tem em gerar lucros, a partir do seu ativo líquido, isto é, mede a eficácia da gestão utilizada nos seus ativos e é útil para avaliar a possibilidade de obtenção de financiamento, conforme equação 12:

$$\text{Rendibilidade do Ativo} = \frac{\text{Resultado líquido} + \text{Encargos Financeiros}}{\text{Ativo}} \times 100 \quad (12)$$

4.2. Indicadores de liquidez

A liquidez corresponde a capacidade da empresa em reembolsar as suas dívidas de curto prazo. Quando os bancos estão a conceder empréstimos de curto prazo preocupam-se, mais com a capacidade de reembolso dessa dívida do que com a forma de cobertura global do ativo, usando muitas vezes os indicadores de liquidez (Neves, 1996: 76). No entanto, existe uma pequena limitação no cálculo deste tipo de rácio. O facto de os ativos e passivos de curto prazo serem bastante voláteis as avaliações, através da liquidez, podem deixar, rapidamente, de serem válidas.

A existência de liquidez é um fator determinante para o funcionamento de qualquer empresa, visto que estas dívidas de curto prazo são as que estão mais direccionadas com a sua atividade operacional. As dificuldades de liquidez podem, por isso mesmo, colocar em causa a operacionalidade da empresa e, até, a sua sobrevivência.

Para o presente estudo foram considerados os seguintes rácios de liquidez:

- ✓ **Liquidez Geral:** evidencia a capacidade de uma empresa solver as suas obrigações correntes, ou seja, em que medida o passivo de curto prazo está coberto por ativos que se esperam, em idêntico período, serem convertidos em meios financeiros líquidos (Farinha, 1995). Ou seja, face o exposto, facilmente se percebe que quanto maior for o valor deste rácio, maior será a capacidade da empresa em cumprir as suas obrigações a curto prazo. Ver equação 13:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \quad (13)$$

- ✓ **Liquidez Reduzida:** conforme o rácio anterior, expressa a capacidade que uma empresa solver as suas obrigações correntes, mas de uma forma mais exigente, uma vez que admite que os inventários não têm capacidade de transformação imediata em meios financeiros líquidos, ou seja, não têm características de liquidez, pelo que deduz os inventários ao ativo circulante na equação da liquidez geral. Isto proporciona um melhor julgamento sobre a situação de tesouraria da empresa do que a liquidez geral (Menezes, 1996:124). A equação 14 mostra o cálculo do rácio:

$$\text{Liquidez Reduzida} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Inventário}}{\text{Passivo Circulante}} \quad (14)$$

- ✓ **Liquidez Imediata:** restringe ao máximo, o conceito de ativos líquidos cingindo-se, apenas, aos meios financeiros líquidos de uma empresa (Farinha, 1995, ou seja, no cálculo do rácio de liquidez imediata é avaliada a capacidade da empresa pagar as suas dívidas de imediato utilizando apenas, depósitos bancários, caixa e títulos negociáveis (equação 15):

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Meios Financeiros}}{\text{Passivo Circulante}} \quad (15)$$

Indicador de Liquidez

Normalmente no sector bancário é usado com frequência pelos supervisores do sistema financeiro para analisar e medir a liquidez dos bancos, que é denominado por rácio de transformação dos recursos de clientes em crédito concedido aos clientes. O indicador de liquidez é o

resultado da divisão entre o crédito a clientes (líquido) e depósitos de clientes, conforme mostra a equação 16:

$$\text{Indicador de liquidez} = \frac{\text{Crédito a Clientes líquidos}}{\text{Depósitos de Clientes}} \quad (16)$$

4.3. Indicadores de alavanca financeira

A análise da alavanca financeira tem como principal objetivo compreender o peso do capital próprio e do capital alheio como fonte de financiamento da empresa. Os rácios de alavanca financeira são úteis na análise de crédito, identificando as dívidas que a empresa contraiu e as implicações que as mesmas têm na exploração (Neves, 1996:74). Em síntese, mensura o risco que se corre ao se conceder crédito adicional. A alavanca financeira de uma empresa pode ser avaliada através de diversos rácios.

Quanto maior for o peso dos capitais próprios na sua estrutura de financiamento, mais baixo será o grau de risco relacionado com a mesma e, conseqüentemente, maior capacidade de endividamento potencial:

- ✓ *Debt to Equity*: permite calcular a percentagem do passivo da empresa que se encontra a ser financiado por capitais próprios, de acordo com a equação 17:

$$\text{Debt to Equity Ratio} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Capital Próprio}} \quad (17)$$

- ✓ Endividamento: expressa a percentagem de capital alheio utilizado no financiamento das atividades da empresa (Neves, 1996: 74). As conclusões a retirar deste indicador vão na mesma linha de orientação das referidas na autonomia financeira, sendo a sua leitura, precisamente, inversa uma vez que vem o passivo no numerador e os capitais próprios no denominador. Ver equação 18:

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}} \quad (18)$$

- ✓ Estrutura do Endividamento: tem como objetivo quantificar o grau de endividamento, no curto prazo, comparativamente, ao total do passivo, ou seja, expressa o seu grau de maturidade. O seu cálculo, é mostrado na equação 19:

$$\text{Estrutura de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Corrente}}{\text{Passivo}} \quad (19)$$

Podemos dizer que quanto maior for o valor deste rácio, maior o endividamento a curto prazo, situação que pode exercer uma grande pressão sobre a tesouraria, sendo que essas obrigações vencem a prazos inferiores a um ano.

Deste modo, quanto maior for o capital alheio de médio e longo prazo (em comparação com o de curto prazo), tanto melhor para a solidez e o equilíbrio financeiro da empresa (Neves, 2012).

Fundos próprios

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14 de março, é de 300 milhões de Escudos de Cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo. Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do ativo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respetivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 12%. Como medida excepcional e temporária, com o intuito de atenuar o impacto do novo Coronavírus – Covid19 na economia nacional e no sistema financeiro, o Aviso nº 2/2020 reduziu o valor mínimo do Rácio de Solvabilidade para 10%, até 31 de dezembro de 2021.

Rácio de Solvabilidade

As necessidades das instituições por vezes utilizam muitas vezes os fundos próprios quantitativos e qualitativos de acordo com a natureza e magnitude dos riscos incorridos.

Considerando a necessidade de adaptar a regulamentação vigente aos princípios internacionais de supervisão bancária, incorporando o risco de mercado, nomeadamente o risco de taxa de

câmbio, e o risco operacional no cálculo do rácio de solvabilidade; O Banco de Cabo Verde, no uso da competência que lhe é conferida, designadamente, pelo artigo 23º da sua Lei Orgânica, e pelo n.º 3 do artigo 29º da Lei n.º 3/V/96, de 1 de julho, determina:

1º 1-O presente Aviso aplica-se a todas as instituições autorizadas a funcionar em Cabo Verde, seja como bancos ou demais instituições de crédito, seja como instituições parabancárias, nos termos da Lei n.º 3/V/96, de 1 de julho, a seguir designadas por instituições. 2- As instituições referidas no número anterior que de acordo com o disposto nos números 5º e 7º do Aviso n.º 2/2007, não apresentaram as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), aplicarão igualmente as disposições deste Aviso com as necessárias adaptações.

2º As instituições devem: a) Manter o capital mínimo estabelecido pela lei aplicável para a constituição e estabelecimento de bancos e demais instituições de crédito e instituições parabancárias, de tal forma que o valor dos fundos próprios da instituição, apurado na forma do Aviso n.º 3/2007, não seja, a qualquer momento, inferior ao referido capital;

b) Observar, em permanência, uma relação adequada entre o montante dos seus fundos próprios, apurados na forma do Aviso n.º 3/2007, e o montante dos seus elementos do ativo e extrapatrimoniais ponderados em função dos respetivos riscos envolvidos, especialmente o risco de crédito, o risco de taxa de câmbio e o risco operacional.

3º A relação referida na alínea b) do n.º 2º será designada por rácio de solvabilidade e será calculada da seguinte forma (equação 20):

$$\text{Rácio Solvabilidade} = \frac{P}{VAPRC+VAPRTC+VAEPRO} \times 100 \quad (20)$$

Onde:

P – Valor dos fundos próprios totais, determinados conforme Aviso n.º 3/2007;

VAPRC – Valor dos ativos ponderados pelo risco de crédito, incluindo os elementos extrapatrimoniais, determinados conforme Anexo 1;

VAPRT – Valor dos ativos ponderados pelo risco de taxa de câmbio, apurados conforme Anexo 2; VEAPO – Valor equivalente em ativos ponderados pelo risco operacional, apurado conforme Anexo 3.

⁵ Aviso n.º 3/2007 Rácio de Solvabilidade

O rácio de adequação de fundos próprios totais não pode ser inferior a 12%

4.4. Indicadores de Funcionamento

Os rácios de funcionamento analisam a eficiência das decisões na gestão dos recursos aplicados. Os rácios de funcionamento apuram-se em termos de rotação ou número de dias de funcionamento (Neves, 1996: 79). Foram considerados os seguintes rácios:

Indicadores de risco

A Alavancagem, é um conceito que se refere à condição favorável de ter, dentro de um esquema de custo global do sistema empresarial, um elemento estável que sustente um grande leque de níveis de lucro (Helfert, 2000). Pode ser dividida entre operacional, Financeira e Composta. Começando pela Alavancagem Operacional, esta significa simplesmente que uma parte dos lucros de funcionamento do negócio é fixa dentro de um amplo intervalo de escala de operações. Como resultado, os lucros aumentam ou diminuem mais que proporcionalmente com determinadas mudanças na escala (Helfert, 2000). Neves (2007) indica que as indústrias de capital intensivo, ou as que usam pessoal muito especializado, e que durante uma recessão terão de manter o volume de custos fixos para o nível de atividade para que se estruturaram, são as indústrias com elevado risco operacional. A noção de alavancagem operacional pode ser facilmente quantificável, sendo o grau de alavanca operacional medido pelo rácio:

Alavanca Operacional

Mede a variação do resultado em função da variação das vendas e permite analisar a capacidade da entidade em utilizar a estrutura de gastos fixos de modo a maximizar os resultados operacionais. Quanto maior for o GAO, podemos dizer que maior será o risco operacional, porque indica que a grande parte da margem bruta é absorvida pelos gastos fixos. O seu cálculo encontra-se na equação 21:

$$\text{GAO} = \frac{\text{Margem Bruta}}{\text{Resultado Operacional}} \quad (21)$$

Em terminologia financeira, diz-se que a empresa tem um elevado grau de alavanca operacional quando uma variação nas vendas tem um impacto mais que proporcional nos resultados operacionais. Assim, segundo Neves (2007), a alavancagem operacional é favorável se for registada uma tendência de crescimento das vendas, na medida em que um crescimento das vendas implica um crescimento mais que proporcional nos resultados operacionais. Por outro lado, se as vendas caírem a alavancagem operacional é desfavorável, porque uma descida das vendas traduz-se num decréscimo nos resultados mais do que proporcional.

Alavanca Financeira

A Alavanca financeira consiste na utilização de capitais alheios remunerados na estrutura de capital da empresa, também podemos dizer que é o nível de endividamento utilizado para a maximização do retorno do capital investido.

O grau de alavanca financeira indica a mudança percentual nos resultados disponíveis para o acionista (resultado líquido) face à mudança percentual nos resultados operacionais. Permite analisar o risco associado à utilização da dívida (Neves 2007). Este rácio permite analisar se o resultado operacional foi ou não suportado pelos gastos financeiros. Quando estamos frente um valor negativo indica que a empresa tem prejuízo, mas também um valor positivo e muito elevado corresponde ao maior risco financeiro para a organização. O seu cálculo encontra-se na equação 22:

$$\text{GAF} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Resultado antes do imposto}} \quad (22)$$

Quanto maior for o GAF, maior será o risco financeiro da empresa, uma vez que a empresa tem a probabilidade de não conseguir cobrir todos os seus resultados financeiros através do RAI, de não conseguir remunerar os capitais alheios ao valor contratado e de não conseguir remunerar os acionistas pelos seus capitais próprios investidos.

5. CASO EMPÍRICO

5.1. Origem e Evolução do Sistema Bancário de Cabo Verde

Conforme BCV (2014), “O Banco Nacional Ultramarino foi durante 111 anos a principal instituição bancária em Cabo Verde, tendo marcado indelevelmente a atividade comercial local. Sabendo que Cabo Verde foi colonizado por Portugal até 5 de julho de 1975, o reino de Portugal, pela carta de lei de 16 de maio de 1864, concedeu ao Banco Nacional Ultramarino o privilégio de emissão de notas de banco sobre todo o território das colónias, em regime de exclusividade.

O Banco Nacional Ultramarino deu início a execução da atividade bancária com a Filial da Praia, aberta em outubro de 1865, tendo ficado a cargo de Clarimundo Martins, conforme a Portaria de 4 de outubro de 1865 comunicada pelo Ministério da Marinha e Ultramar ao governo da colónia. A referida Filial começou modestamente as suas operações com um capital de 30 contos, recebendo depósitos a juros variando de 3% a 5%, conforme os prazos, tomava letras, vendia saques sobre o país com prémios também variáveis em harmonia com os prazos de pagamentos. Progressivamente foi alargando as suas operações. Além da cidade da Praia, o Banco Nacional Ultramarino implantou em 1894, a Agência de S. Vicente, e em 1948 a Delegação do Sal, além de correspondências em todas as sedes dos concelhos”. Após a independência em 5 de julho de 1975, “foi criado a 29 de setembro de 1975 o BCV, assumindo as funções do Banco Central e Emissor, de Autoridade Cambial, Caixa de Tesouro e de Banco Comercial” BCV (2014).

Segundo o BCV (2014), “no dia 1 de março de 1977, na sequência de uma acentuada desvalorização do Escudo português (PTE), decretado pelas autoridades portuguesas, o Governo de Cabo Verde decidiu pela desvinculação do CVE ao PTE, passando o (CVE) a estar ligado a um cabaz de moedas representativas dos países com os quais Cabo Verde tinha relações económicas mais intensas. A 1 julho de 1977, e integrado na comemoração do primeiro aniversário do início pleno das suas atividades, o Banco de Cabo Verde pôs a circular as suas primeiras notas de banco (CVE), com uma paridade igual ao do Escudo Português, substituindo assim as notas do Banco Nacional Ultramarino que então circulavam”. Segundo o relatório BCV (2014) “no dia 1 de setembro do ano 1993 deu-se a efetiva desafetação da vertente comercial e de desenvolvimento do BCV, o que se traduziu na criação do Banco Comercial do Atlântico, Sarl, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pondo-se assim termo a 17 anos

de um regime monobancário”. O sistema financeiro de Cabo Verde, em particular o sector bancário, passou por um processo contínuo de transformação nos últimos anos. Evoluiu de forma positiva desde a independência do país, visto que a partir deste período foi criada algumas instituições financeiras e tem mantido sólidas até agora. O sector bancário está cada vez mais competitivo e concorrencial, existindo atualmente oito bancos comerciais a operar no mercado cabo-verdiano.

À data da Independência Nacional, 5 de julho de 1975, o sistema bancário em Cabo Verde era constituído pelo Banco Nacional Ultramarino, banco emissor e comercial, pela Caixa de Crédito de Cabo Verde, instituição especial de crédito do Estado, pela Caixa Económica Postal, instituição especial de crédito integrada no Serviço de Correios e Telecomunicações e uma delegação do Banco de Fomento.

Em setembro de 1975 foi criado o BCV com a natureza de banco central e comercial e capitais exclusivamente públicos. Com a cessação de atividade, a 30 de junho de 1976, do Banco Nacional Ultramarino e do Banco de Fomento, instituições bancárias com origem em Portugal, o BCV passou a ser a principal instituição financeira em Cabo Verde.

De acordo com a legislação cabo-verdiana que regula o exercício de atividades financeiras o sistema é composto por:

- ✓ Instituições financeiras;
- ✓ Instituições auxiliares das atividades financeiras;
- ✓ Instituições financeiras internacionais.

As Instituições Financeiras de Crédito são empresas cuja atividade consiste em receber do público depósitos, outros fundos reembolsáveis e em conceder crédito por sua própria conta.

O sistema financeiro cabo-verdiano atualmente é composto pelas seguintes instituições:

- ✓ **Banco Angolano de Investimento (BAI)** - com um capital social de 1.000.000 de contos cabo-verdianos que corresponde aos (9.070 milhões de euros) repartidos entre BAI Angola (71%), Sonangol (19%) e a empresa cabo-verdiana Sogei (10%).
- ✓ **Banco Comercial do Atlântico (BCA)** - constituído por um capital social de 1.000.000 de contos cabo-verdianos, encontra-se implementada em todas as ilhas e praticamente em todos os concelhos do país com cerca de 33 agências. A sua estrutu-

ra acionista reparte-se pelo consórcio Caixa Geral de Depósitos/Banco Interatlântico (52,65%), a seguradora Garantia (12,52%), Estado (10%), Trabalhadores e outros acionistas (24,63%).

- ✓ **Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN)** - antigo ex-Banco Totta de Cabo Verde, com um capital social de 900.000 contos cabo verdianos (8,16 milhões de euro), pertença da SEPI-Sociedade de Empreendimentos e Promoção de Investimentos (43,8%), Banif - Banco Internacional do Funchal e Cruz Vermelha de Cabo Verde (4,4%).
- ✓ **Banco Interatlântico (BI)** - com um capital social de 1.000.000 de contos Cabo-verdianos (9.07) e tem como acionista Caixa Geral de Depósitos com (70%), Empreitel Figueiredo (11%), Adega 6,43%, SITA 5.45% alguns acionistas/ trabalhadores 7,01%, encontra-se implementada em 7 agências no país.⁶
- ✓ **Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)**- tem uma parceria com os Correios de Cabo de Verde, com um capital social de 348.000 contos cabo-verdianos, (3.16 milhões de euros), com 30 agências expandidas nas ilhas do país e utilizando 12 delegações dos correios. A sua estrutura de acionistas integra o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS-31.4%), a Geocapital com 27,4%, Correios de Cabo Verde (15%), a seguradora Ímpar (11%), privados cabo-verdianos com 7,5%, outros subscritores 6,5% e 3 trabalhadores 1,2%.
- ✓ **Ecobank Cabo Verde**- é uma instituição de crédito de capital privado, constituída sob a forma de sociedade por escritura pública em 31 de março de 2009, com o NIF 255963068, registada na Conservatória de Registo Predial, Comercial e Automóvel da Praia com o número 2800/2008/07/21, tendo iniciado a sua atividade em 13 de julho de 2009 como instituição financeira internacional (IFI). Transformou-se em Banco Comercial no dia 1 de junho de 2010, após ter obtido a licença do Banco de Cabo Verde, registada com o número 00011. Com o capital social de 829.858.400\$00 (oitocentos e vinte e nove milhões oitocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos escudos cabo-verdianos), o Banco tem como principais acionistas o ETI – Ecobank Transnati-

⁶ [Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde](#)

onal Incorporated, S.A. (“ETP”) e o *Ecobank Senegal, S.A.* (“ESN”), que detêm 95,39% e 4,61% do capital social, respetivamente.

Do outro lado temos a vertente parabancária que são dez instituições a operar:

- a) Promotora;
- b) Cotacâmbios de Cabo Verde;
- c) Ariconta- Câmbios, Lda;
- d) Girassol- Câmbios, Lda;
- e) SISP;
- f) Promoleasing- Sociedade de locação financeira, S.A;
- g) *Innovation Box*;
- h) Sociedade de Gestão de Fundos de habitação de interesse Social;
- i) Novagest,S.A;
- j) *Global Money Transfer*

5.2.Enquadramento Economico

Internacional

A Economia Mundial desde 2020 está sendo fortemente abalada pela pandemia da Covid-19, com descidas sem precedentes do PIB mundial. Após o choque de 2020, o ano de 2021 foi marcado pela recuperação da atividade económica, ainda que gradual e desigual, tendo como prioridade a estratégia de implementação da vacina contra Covid-19 para vencer a pandemia. Graças às medidas de política económica adotadas pelos Governos e Bancos Centrais e os rápidos progressos na vacinação, foi possível o aumento da confiança dos agentes económicos e mitigar os efeitos negativos da pandemia, permitindo assim a recuperação económica. Não obstante a previsão de continuação da recuperação da economia mundial, observa-se que a mesma é desigual entre as economias e entres os sectores. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) referem que as economias emergentes e em desenvolvimento apresentam uma recuperação mais atrasada comparativamente as economias desenvolvidas, explicada pelos atrasos no processo de vacinação e a fraca capacidade de resposta das entidades públicas, com menos medidas de apoios económicos. O BM prevê que até 2023 todas as economias avançadas terão atingido uma completa recuperação, mas para as economias emer-

gentes e em desenvolvimento, a taxa de crescimento continuará 4% abaixo do índice pré pandemia.

De acordo com o FMI, o crescimento do PIB mundial no 1º semestre de 2021 foi acima dos valores previstos, período que foi marcado pelo início da vacinação contra a Covid-19. No entanto, o impulso foi enfraquecido no 3º trimestre, devido ao surgimento de novas variantes da Covid-19, associado a outros fatores adversos que continuam a persistir como os estrangulamentos no lado da oferta, num contexto de forte procura principalmente nas economias avançadas e no setor da indústria transformadora. O 4º trimestre de 2021, voltou a colocar o mundo em alerta, com o surgimento da variante Ómicron da Covid-19, que impôs novamente restrições a mobilidade e confinamento geral em alguns países, mantendo-se a desaceleração do crescimento económico. No entanto, a atividade económica nos Estados Unidos recuperou ligeiramente face ao 3º trimestre, com a procura por parte dos consumidores a ser transferida para os serviços, afastando-se dos bens duradouros, e diminuição dos tempos de espera e dos custos do transporte marítimo com a China. Para o Reino Unido, a atividade económica também apresentou melhorias após os fracos resultados no 3º trimestre, dado as perturbações na oferta, escassez de mão de obra devido às condições mundiais e ao Brexit. Para a Zona Euro, prevê-se que a continuação da recuperação económica seja impulsionada por uma procura interna mais robusta, tendo em conta que mercado de trabalho está a melhorar e a perspectiva de aumento do rendimento das famílias e do consumo. Quanto a China, a atividade económica desacelerou consideravelmente devido à escassez de energia e mão de obra e à turbulência no setor imobiliário destinado à habitação. Nesse contexto, o FMI fez uma revisão em baixa da perspectiva de crescimento para a economia mundial considerando o impacto da variante ómicron do vírus (quadro abaixo). Em outubro de 2021, o crescimento do PIB real mundial foi estimado em 5,9% com previsão de crescimento para 4,9% em 2022. No entanto, em janeiro de 2022, a previsão de crescimento do PIB para 2022 foi revista para 4,4%, menos 0,5 ponto percentual (pp), indicando uma desaceleração do crescimento mundial. O FMI refere que a revisão em baixa das perspectivas de crescimento económico mundial reflete em grande parte as reduções previstas para o crescimento do PIB nos Estados Unidos e na China a partir de 2022. Nos Estados Unidos, a perspectiva de crescimento económico em 2022 foi revista em baixa para 4%, menos 1,2 pp, levando em conta fatores como a possível remoção do pacote de política fiscal e da acomodação monetária com a crescente inflação, bem como as persistentes perturbações na oferta. O gráfico 5.1 apresenta a evolução do PIB.

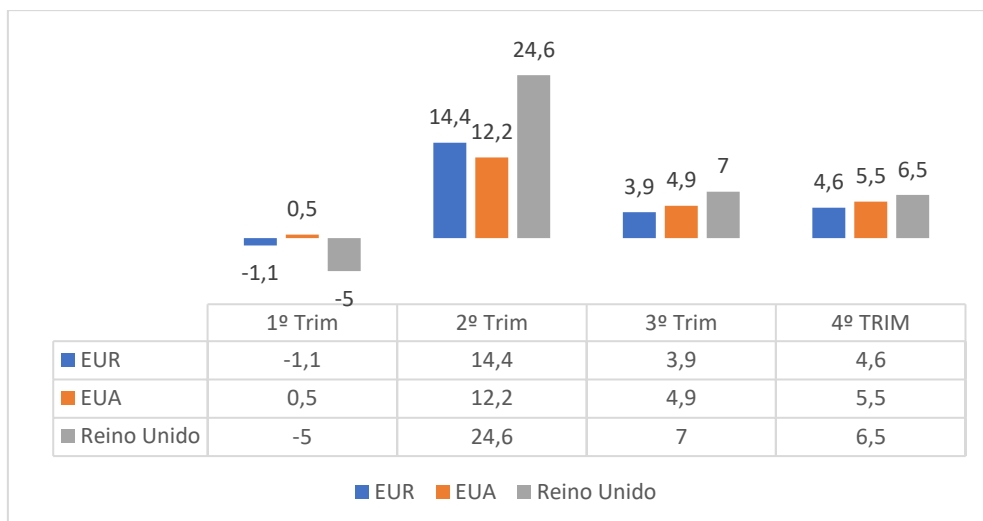


Gráfico 5.1 Evolução do PIB 2021

Fonte: Dados BCV, Indicadores Económicos e Financeiros, fevereiro de 2022

Para além do curso da pandemia, uma grande incerteza para o mundo nos últimos meses tem sido as projeções para a inflação, que foram revistas em alta em dezembro de 2021. A inflação continuou a crescer em 2021 e espera-se que permaneça elevada no curto prazo, aumentando as pressões salariais no último trimestre de 2021.

Quanto ao mercado do trabalho mundial, o FMI refere que em 2021 começou a recuperar, apresentando melhorias das taxas de desemprego, principalmente nos Estados Unidos, Europa e Reino Unido, o que impulsionou o aumento do rendimento das famílias e do consumo, bem como a poupança. No entanto, espera-se que o emprego permaneça ainda abaixo do seu nível pré-pandemia.

No gráfico 5.2, apresentado abaixo, é descrito a evolução da taxa de desemprego.

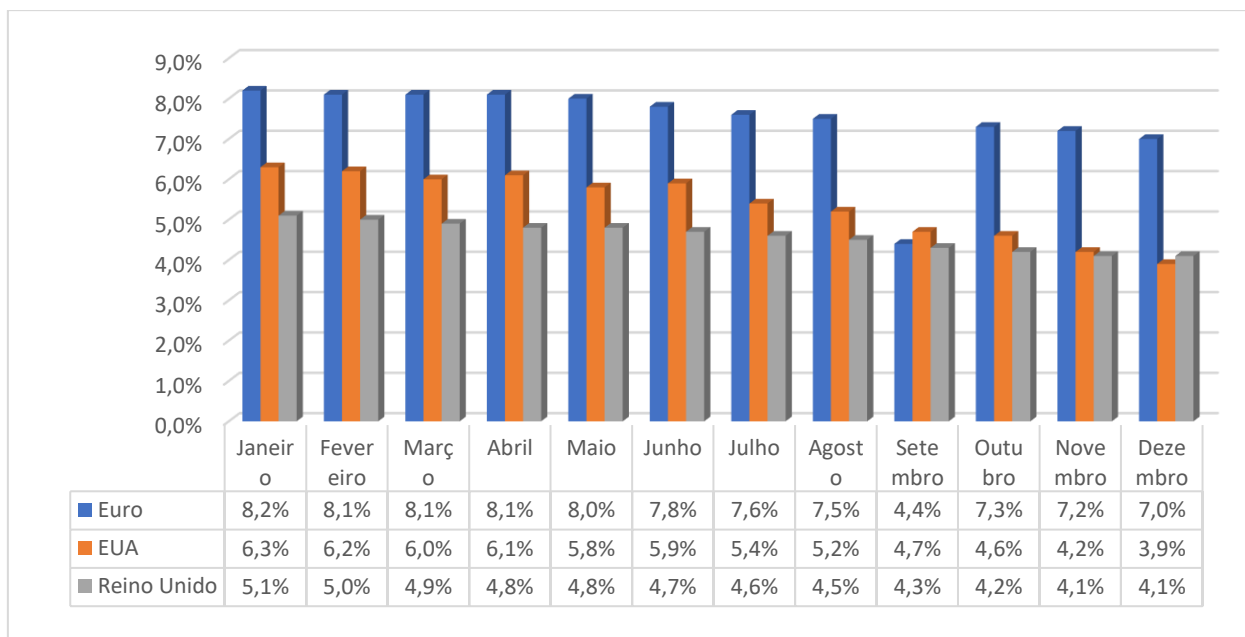


Gráfico 5.2 Taxa de desemprego 2021

Fonte: Dados BCV, Indicadores Económicos e Financeiros, fevereiro de 2022

Nacional

A economia cabo-verdiana recuperou-se em 2021 com crescimento de 7%, após contração económica de 14.8% em 2020, tendo sido considerado um dos países com mais afetados pela crise pandémica iniciada em 2019, decorrente da forte quebra na procura turística desde março de 2020, por causa da pandemia de covid-19, sabendo que esse sector garante 25% do PIB do país e impulsiona cerca de 40% de toda a atividade económica.

A economia cabo-verdiana também sofreu uma redução do IDE, uma das fontes críticas de finanças externa e um motor essencial no crescimento, isso levou um agravamento do défice orçamental.

Mas no início de 2022 cabo verde já contava com cerca de 72,3% da população vacinada praticamente com as duas doses completa, quanto ao turismo com a abertura das fronteiras, já era visível algumas movimentações dos turistas.

Cabo Verde também sofreu com o aumento do preço dos combustíveis, tendo verificado durante 2021, o aumento do preço de vários produtos e serviços básicos. a taxa de inflação foi de 1.9% em 2021 comparando com o de 2020 com o valor de 0.6%.

O ano 2021 foi marcado pelos primeiros sinais de retoma económica, devido a aceleração da vacina a aparecimento de menos casos, proporcionado um cenário favorável para o crescimento da economia nacional, resultou-se num aumento do consumo e investimento privado, e a retoma progressiva de projetos de IDE ajudaram na recuperação.

Do lado da oferta, os sectores do comércio e da construção impulsionaram o crescimento económico e turismo, apoiada pela reabertura gradual da economia, postas em prática pelo governo para apoiar empresas e sectores duramente atingidos pelos impactos da crise sanitária.

Mas a dívida pública aumentou para 157.1% em dezembro de 2021, porque o governo sentiu a necessidade de contrair créditos externos concessionais adicionais para financiar o programa de investimento público e a emissão de obrigações do tesouro no mercado interno.

Relativamente à evolução da inflação, em 2021, o gráfico 5.3 mostra claramente o seu acréscimo.

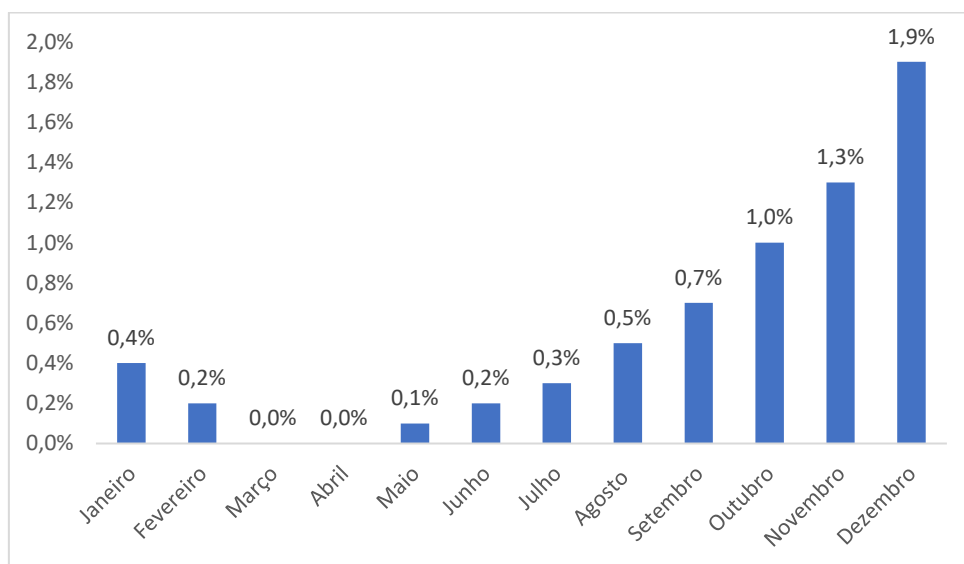


Gráfico 5.3 Evolução da inflação em 2021

Fonte: Dados BCV, Indicadores Económicos e Financeiros, fevereiro de 2022

Cabo Verde é um estado insular em desenvolvimento com uma economia aberta e uma dependência significativa de recursos e investimentos externos. Nosso caminho para um desenvolvimento sustentável comporta, obviamente, riscos e desafios, mas igualmente oportunidades.

O sistema financeiro cabo-verdiano continua competitivo com 7 (sete) Bancos Comerciais a operarem no país, sendo o BCA a manter-se a sua posição de referência do setor, com o maior volume de ativos.

5.3. Banco Comercial do Atlântico (BCA)

História

O Banco Comercial do Atlântico (BCA) foi criado, no dia 1 de setembro de 1993, como resultado da separação das vertentes comercial e de supervisão, que vinham sendo desempenhadas pelo BCV, desde 29 de setembro de 1975, tendo-o passado, assim, a partir de 1993, a assumir apenas as funções de Banco Central (BCA, 2021).

É um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de dezembro de 2005, as ações do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde. O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas atividades e permitidas por lei.

O BCA é líder do mercado financeiro cabo-verdiano e detém uma participação financeira de 35% na seguradora Garantia, 11% na A Promotora, 55% da Promoleasing, S.A. e 34.8% da Sociedade Interbancária de Sistemas de Pagamentos (SISP). A principal missão do BCA resume-se na consolidação da sua posição de liderança de melhor e maior Banco do Sistema Financeiro de Cabo Verde, possuindo assim, importantes ativos na sua carteira de investimento, tais como: Ações da Fábrica de Tabacos e da SITA e Obrigações das empresas ELECTRA,

ASA e TECNICIL, num total de 3.3 milhões de contos cabo-verdianos, equivalente a 30.092.338€ (trinta milhões noventa e dois mil trezentos e trinta e oito euros).

O Banco Comercial do Atlântico opera num sector bastante regulado e as suas atividades bancárias estão sujeitas a uma ampla regulamentação do BCV, sobretudo relacionada com níveis de liquidez e solvabilidade. É um dos dois bancos do Grupo CGD (Caixa Geral de Depósitos) em Cabo Verde. Desenvolvendo a sua atividade na banca de retalho para empresas e particulares, com foco na qualidade de serviço prestado aos clientes e na inovação de produtos.

Quanto a sua criação é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos foi criado pelo Decreto-lei nº 43/93, de 16 de julho, com o capital inicial de 500.000.000\$00 (quinhentos milhões de escudos) (BCA, 2021).

O Banco definiu um conjunto de segmentos da sua carteira de crédito concedido tais como em baixo mencionado:

- ✓ Crédito a empresas;
- ✓ Crédito à habitação;
- ✓ Crédito ao consumo;
- ✓ Crédito a pequenos negócios;
- ✓ Crédito ao Setor Público;
- ✓ Crédito a empresas do grupo;
- ✓ Garantias prestadas;
- ✓ Outros créditos particulares.

Missão

A missão do BCA consiste em disponibilizar produtos e serviços financeiros com elevados padrões de qualidade, indo ao encontro das necessidades dos clientes, com recursos a tecnologias avançadas, e criar valor para os Acionistas, para os Colaboradores e para a sociedade cabo-verdiana em geral (BCA, 2021).

Visão

O BCA tem como Visão consolidar a liderança do mercado e ser reconhecida como a mais sólida e eficiente instituição bancária de Cabo Verde, comprometida com o desenvolvimento sustentável e a construção de relacionamentos duradouros e de confiança com todos os seus *stakeholders*.

Valores

(BCA, 2021) A atividade do BCA e a conduta dos seus colaboradores, pautam-se pelos seguintes valores que consideram fundamentais:

Rigor, que inclui objetividade, profissionalismo, competência técnica e diligência, tendo sempre em vista alcançar maiores níveis de qualidade e eficiência económica, financeira, social e ambiental pela adoção das melhores práticas bancárias e financeiras;

- i. Transparência na informação, nomeadamente no que respeita às condições de prestação de serviços e ao desempenho da organização, atuando com verdade e clareza;
- ii. Segurança das aplicações, sendo critérios indispensáveis a prudência na gestão dos riscos e a estabilidade e solidez da Instituição;
- iii. Responsabilidade organizacional e pessoal pelas próprias ações, procurando corrigir eventuais impactos negativos. Inclui a atuação socialmente responsável e o compromisso com o desenvolvimento sustentável;
- iv. Integridade, entendida como o escrupuloso cumprimento legal, regulamentar, contratual e dos valores éticos e princípios de atuação adotados;
- v. Respeito pelos interesses confiados, atuando com cortesia, discrição e lealdade, bem como pelos princípios da não discriminação, tolerância e igualdade de oportunidades.
- vi. Inovação, apostando no progresso tecnológico, liderando a banca digital em Cabo Verde com soluções de arquitetura aberta, numa lógica de resposta multicanal à evolução e preferências dos clientes.

Capital Social

O Capital Social do BCA é de 1.324.765.000\$00 (mil trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e cinco mil escudos) e, em 31 dezembro de 2021 era detido pelos acionistas constantes do quadro abaixo. Destacam-se nominalmente os detentores de participações superiores a dois por cento (2%) do capital. Os dados podem ser confirmados de acordo com o gráfico 5.4.

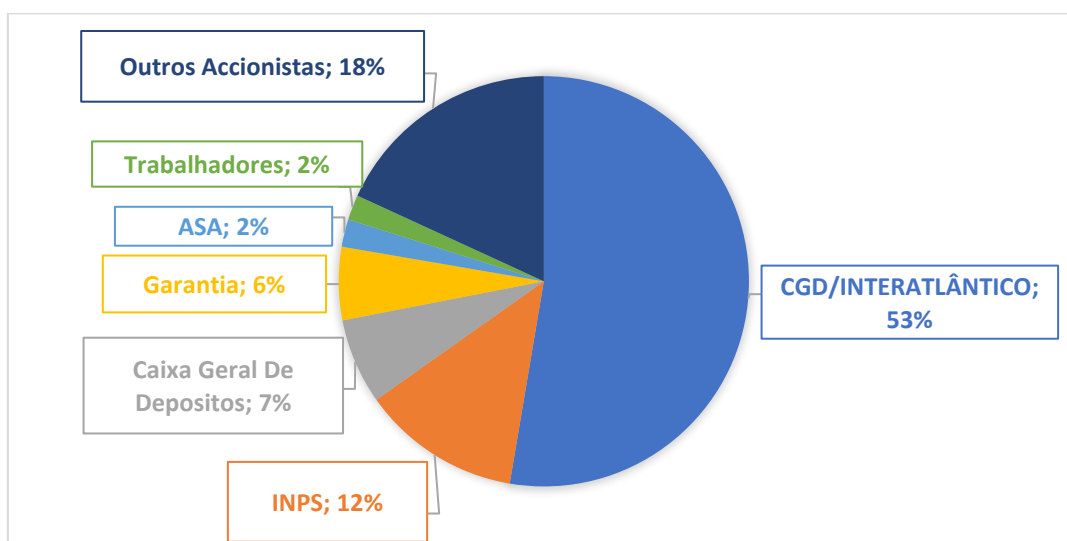


Gráfico 5.4 BCA - Capital Social

Fonte: Relatório e contas

Rede de Distribuição

(BCA, 2021), Na altura da transferência das funções de banco comercial do BCV para o BCA, a rede de distribuição bancária limitava-se a doze agências e três prolongamentos: agências da Ribeira Grande e do Porto Novo que situa-se na Ilha de Santo Antão, e outras dispersas por outras ilhas tal como, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boavista, maio, Fogo e da Brava, bem como da Praia, Santa Catarina e do Tarrafal, ilha de santiago e os prolongamentos de Mosteiros ilha de Fogo, Tarrafal de São Nicolau e do Aeroporto Amílcar Cabral Ilha do Sal. (referência). O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de 34 o número dos balcões (30 agências e 4 Gabinetes Empresas) instalado em todas as Ilhas e em quase

todos os concelhos. A partir do ano 1999, apostando nas novas tecnologias introduziu as máquinas automáticas como mais uma opção para a diversificação dos canais de distribuição. Podemos dizer que houve um crescimento significativo nos últimos anos, impulsionado tanto pela massificação do uso de novas tecnologias na sociedade cabo-verdiana, bem como pela política de dinamização dos canais não presenciais implementadas pelo BCA.

Recursos Humanos

Em 31 dezembro de 2021 o Quadro do Pessoal apresentava um total de 424 colaboradores no ativo, sendo 334 do quadro efetivo e 90 contratados a termo certo. Contava ainda, com 7 colaboradores em situação de inatividade (3 de licença sem vencimentos, 1 de licença ilimitada e 3 em comissão de serviço público) (BCA, 2021). Ver gráfico 5.5.

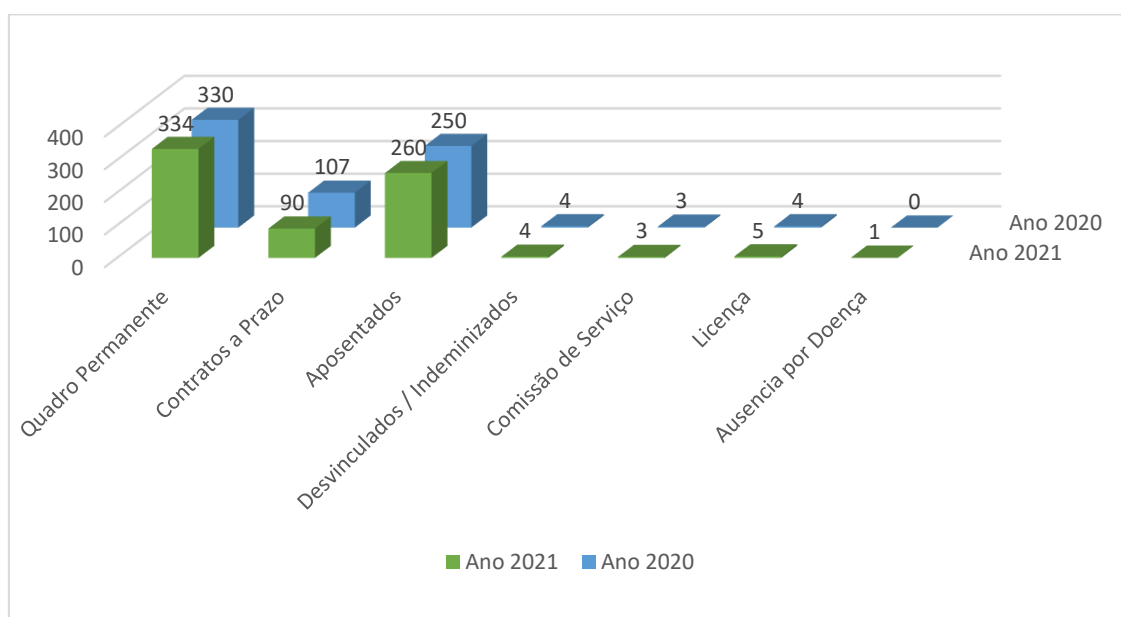


Gráfico 5.5 BCA - Total de colaboradores

Fonte: Relatórios e contas

Distribuição por Habilitação

O gráfico 5.6 mostra a distribuição por Habilitações Literárias. Ao nível das habilitações literárias, tem-se verificado um aumento permanente do número de colaboradores detentores do grau de Licenciatura. De acordo com o gráfico da figura 3, pode-se verificar que em 31 de dezembro 272 (64,1%) colaboradores detinham o grau de licenciatura. Consta-se ainda que houve uma ligeira diminuição dos colaboradores com o Ensino Superior Politécnico, Ensino Técnico-Profissional e Ensino Básico. A percentagem dos colaboradores com o Ensino Secundário manteve-se (BCA, 2021).

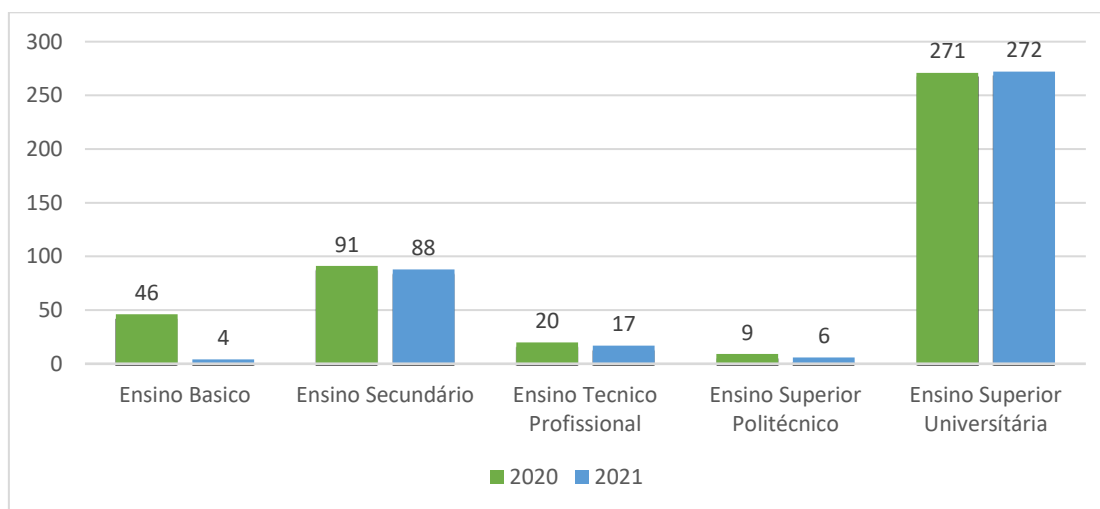


Gráfico 5.6 BCA - Habilitações Literárias

Fonte: Relatórios e contas

O acompanhamento dos diversos riscos é função do Gabinete de Planeamento, Controlo e Riscos (GPR), da Direção especializada em *Compliance* e da Auditoria Interna, bem como, da ALCO (*An Asset-Liability Committee*) e do Departamento Comercial. No tocante à monitorização, o BCA desenvolve ações de autoavaliação dos riscos e controlos, abrangendo os macro-processos relevantes, bem como análises de operações de crédito concedido, análise e acompanhamento de determinadas operações, produzindo um relatório com o levantamento de situações mais críticas e apresentando sugestões de resolução para cada situação específica. A organização da instituição dispõe de normas que permitam a implementação de soluções assegurando o desempenho sem interrupções, ou com o mínimo de perturbações possível, da atividade normal da mesma, em termos de processos e pessoas no caso de ocorrência de eventos, que conduzam à inoperacionalidade pontual ou generalizada das suas infraestruturas.

Central de Risco de Crédito

A Central de Risco de Crédito (CRC) é uma base de dados, gerida pelo Banco de Cabo Verde, com base na informação prestada pelas entidades participantes (instituições que concedem crédito) sobre os créditos concedidos, a que está associado a um conjunto de serviços relativos ao seu processamento e difusão. E tem como principal objetivo em dar apoio as empresas participantes na avaliação do risco da concessão de crédito.

Recursos dos Clientes

Os saldos dos recursos dos clientes totalizaram um valor de 79,4 milhões de contos, podemos concretizar que houve um acréscimo de 2.1% e 1,6 milhões de contos em relação ao saldo registado em 2020, ilustrando a confiança que os clientes continuam a demonstrar na marca e serviços do BCA.

Esse acréscimo na carteira nota através do depósito a ordem que cresceu em 6.4% e o saldo atingiu um valor de 38,9 milhões de contos, já os depósitos a prazo e a poupança diminuíram 1.8% (-734 milhões de escudos), pelo qual o saldo manteve em 40,4 milhões de contos, representado 51,9 % da carteira de depósitos. (BCA, 2021)

De uma maneira mais simplificada apresenta-se a tabela 5.1, que ilustra os recursos de clientes nos seguintes anos:

Tabela 5.1 Recursos dos clientes

Descrição					Variação 2020/2021	
Modalidades	2020	Peso	2021	Peso	Absoluta	Relativa
Depósitos	77801	-	79423	-	1622	2,1%
Depósitos à ordem	36624	47,1%	38980	49,1%	2356	6,4%
Depósitos a prazo	36718	47,2%	36059	45,4%	-659	-1,8%
Depósitos de poupança	4459	5,7%	4384	5,5%	-75	-1,7%

Fonte: Relatório e contas

Analisando a carteira de depósitos por segmento (tabela 5.2), constata-se que os clientes particulares detêm a maior fatia na carteira total. Em 2021, o peso deste segmento foi de 84%, uma variação positiva relativamente a 2020 e 2019, quando o peso foi de 83% e 80%, respetivamente. Igualmente, o saldo deste segmento vem incrementando nos últimos anos, e tem sido este incremento que tem suportado o crescimento da carteira total, pois os depósitos do segmento empresas evoluiu no sentido contrário, nos períodos referenciados. Essa evolução reforça a solidez e a estabilidade dos recursos do BCA.

Tabela 5.2 BCA - Depósitos por segmentos dos Clientes

Descrição	Anos		Variação 2020/2021	
	2020	2021	Absoluta	Relativa
Segmentos				
Empresas				
Depósitos à ordem	10675	10576	-99	-0,0093
Depósitos a prazo	2227	2099	-128	-0,0575
Total	12902	12675	-227	-0,0176
Peso no Total de Depósitos	0,16584	0,15959		
Particulares				
Depósitos a ordem	25948	28405	2457	0,09469
Depósitos a prazo	34491	33960	-531	-0,0154
Depósitos de Poupança	4459	4384	-75	-0,0168
Total	64898	66749	1851	0,02852
Peso no Total de Depósitos	0,83416	0,84041		
Total de Depósitos	77800	79424	1624	0,02087

Fonte: Relatório e contas

Análise da Carteira de Crédito

De acordo com a tabela 5.3, o saldo da carteira de crédito vivo, i.e., créditos em situação normal, sem os créditos titulados, ascendeu em 2021 a 33,95 milhões de contos, o que representa um incremento de 2,2% (+728 milhões de escudos) em relação ao saldo registado em 2020,

evidenciando assim o montante de novos créditos concedidos superior às amortizações da carteira (BCA, 2021). Para esta variação positiva da carteira de crédito vivo contribuiu a variação registada na carteira do segmento particular (ou famílias), que incrementou em 5,1% e +1.033 milhões de escudos, atingido o saldo de 21.386 milhões de escudos. A evolução favorável no stock de crédito aos particulares é fundamentalmente reflexo do aumento da carteira de crédito à habitação própria permanente (+880 milhões de escudos).

Tabela 5.3 BCA - Carteira de Créditos a Clientes

Crédito	2020	2021	Variação 2020/2021	
			Absoluta	Relativa
Crédito Vivo	33218	33946	728	0,021916
Curto Prazo	1779	1470	-309	-0,17369
Médio e longo prazo	31439	32476	1037	0,032985
Crédito e juros vencidos	3171	3159	-12	-0,00378
Obrigações publicas/privadas	3293	3471	178	0,054054
Títulos da dívida pública	14446	15453	1007	0,069708
proveitos a receber	290	353	63	0,217241
receitas c/rendim. Diferido	-231	-248	-17	0,073593
Carteira de Crédito Total	54187	56134	1947	0,035931

Fonte: Relatório e contas

Nota-se que o saldo da carteira habitação incrementou (+765 milhões de escudos) mais do que o montante de novos créditos concedidos para o mesmo fim (+193 milhões de escudos), devido às moratórias concedidas no âmbito das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia provocada pela Covid-19. Ainda contribuiu para a evolução favorável do *stock* de crédito aos particulares os demais (destinados a outros fins) que incrementaram cerca de 5% e 268 milhões de escudos, atingindo esta a carteira em 2021 o saldo de 5.709 milhões de escudos.

5.4.História da caixa económica de Cabo Verde (CECV)

A caixa económica foi criada no dia 18 de maio de 1928 com a designação de “Caixa Económica Postal”, integrada no serviço dos Correios e telegráficos sob a tutela do Ministério das telecomunicações.

Mais tarde no dia 30 de dezembro de 1985, foi transformada numa instituição financeira autónoma, denominada de Caixa Económica de Cabo Verde, tutelado pelo Ministério das finanças. De 1993 até 2000, teve um crescimento e um desenvolvimento qualitativo e quantitativo substancial e bem visível, principalmente a nível nacional.

Este desenvolvimento que se consubstancia no crescimento verificado ao nível dos depósitos, do crédito concedido, dos fundos próprios foi proporcionado, de entre outros, pelo alargamento da gama de produtos e serviços, alargamento da rede de agências, introdução de um novo estilo de relacionamento com o cliente e soluções informáticas modernas e inovadoras.

Em 2012, a Caixa Económica de Cabo Verde tornou-se o primeiro Banco de Cabo Verde com a certificação internacional do Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com as normas internacionais ISO 27001 “2013” E ISO 9001 “2015”.

A Caixa mantém a sua posição de destaque no sistema bancário nacional, com uma quota de mercado global de 31 %.

Missão

- ✓ Prestar um serviço financeiro global de qualidade;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento económico sustentável do país;
- ✓ Promover a inclusão financeira.

Visão

Ser reconhecido como banco de referência incontornável no sistema financeiro cabo-verdiano, sustentando pela inovação tecnológica e comercial, gestão prudente e criteriosa do risco e que mais se identifique com cabo verde.

No exercício da sua atividade, a Caixa e os seus colaboradores têm como valores a integridade, o rigor, a diligência, a competência, a transparência e a responsabilidade. A caixa mantém continua a destacar a sua posição no sistema bancário nacional, com uma quota de mercado global

de 31%. A sua estrutura do acionista não sofreu nenhuma alteração mantendo o seu capital social no valor de 1392000 CVE (um milhão trezentos e noventa e dois milhares). Abaixo, no gráfico 5.7, apresenta-se a constituição do capital social do banco.

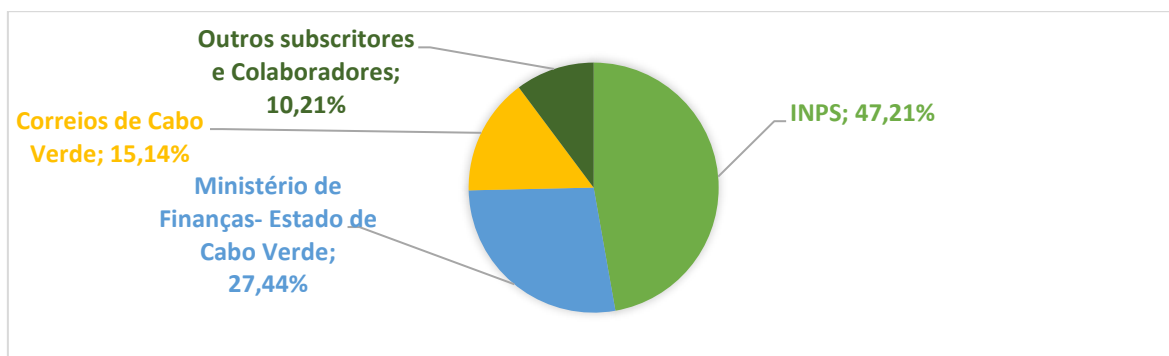


Gráfico 5.7 CECV Capital Social

Fonte: Relatório e contas

Rede de Cobertura/Distribuição

No final de 2021, contava-se com 34 agências/balcões e 3 delegações, distribuídas pela região Norte a Sul. Em parceria com os Correios de Cabo Verde um dos seus acionistas, foram abertas mais delegações, em São Salvador do Mundo, na ilha de Santiago e outra em Santa Catarina na Ilha de Fogo. A distribuição das agências por região, estão apresentadas no gráfico 5.8.

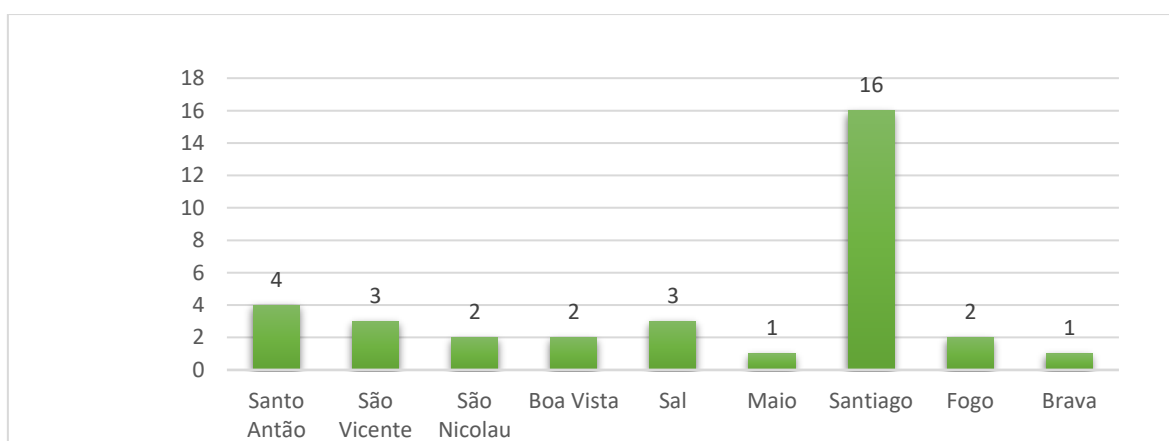


Gráfico 5.8 Números de agências

Fonte: Relatório e contas

Além da rede de agências físicas, os clientes puderam contar com o atendimento online via email ou plataformas digitais tais como (*Website da Caixa, Website do Caixa net e App Caixa Mobile*) e ainda por telefone através dos contactos disponibilizados no Website da instituição. Quanto ao número de *ATM's* à disposição dos clientes, a Caixa contava no final de 2021, com 42 máquinas no território nacional.

Recursos Humanos

A rentabilidade e otimização dos Recursos Humanos faz parte de uma das bases para prossecução do objetivo de melhoria da rentabilidade do Banco. A aposta na capacitação e desenvolvimento dos colaboradores, continua a ser o eixo estratégico na Gestão de Recursos Humanos da Caixa. Por causa da pandemia, as contratações de novos colaboradores foram bem ponderadas, apenas nas situações de reposição de técnicos e necessidade extrema de reforço

De uma forma geral, apresenta-se a tabela 5.4, que ilustra a evolução da contratação dos colaboradores:

Tabela 5.4 Colaboradores

	2020		2021	
	Nº	%	Nº	%
Composição de efetivos				
Quadro	334	90%	344	90%
Contrato	27	7%	28	7%
Licença	10	3%	13	3%
Total	371	100%	384	100%

Fonte: Relatório e contas

Atividade

A atividade bancária da Caixa está centrada na Banca de Retalho com oferta de produtos e serviços financeiros para os Particulares e Empresas. A nível de produtos, destacamos produtos poupança como Conta Poupança Caixanet, Conta Especial Emigrante, Continha da Caixa e Gestão Integrada de Tesouraria e os produtos de crédito como o Crédito pessoal (Credicaixa), Habitação, Investimento, Tesouraria, Microcrédito, Cartões de Crédito, entres outros. A

nível de serviços destacamos, o Private Banking, os terminais de pagamento (POS), cartões Vinti4 e Visa, intermediação financeira, garantias bancárias, Western Union, entres outros.

Depósitos

Em dezembro de 2021, de modo geral a carteira de depósitos da caixa, incluindo os títulos e os depósitos de instituições de crédito, totaliza o valor de 69976932 contos escudos de cabo verdianos, podemos concretizar que houve uma diminuição de 3,82% (2.778.688 contos) face a 2020 (ver tabela 5.5).

Tabela 5.5 Depósitos dos Clientes

Rúbricas	dez/21		dez/20		Variação 2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Residentes	48154731	69%	51483731	71%	3329000	-6,47%
Deposito à ordem	30076598	43%	33712714	46%	3636116	-10,79%
Deposito a prazo	18078133	26%	17771017	24%	307116	1,73%
Bilhetes de tesouros	0		600000	1%	-600000	100,00%
Emigrantes	21822201	31%	20671889	28%	1150312	5,56%
Deposito à ordem	5145083	7%	4367266	6%	777817	17,81%
Deposito a prazo	16677118	24%	16304623	22%	372495	2,28%
Totais de Depósitos	69976932	100%	72755620	100%	2778688	-3,82%

Fonte: Relatório e contas

Perante a elaboração da tabela podemos concretizar que a maioria dos depósitos pertencem aos clientes com uma percentagem de 69% em relação aos emigrantes que correspondem aos 31%. Em relação ao ano 2021 os saldos dos residentes diminuíram em 2% face ao ano anterior já a rubrica dos emigrantes aumentou em 3%.

Carteira de depósitos por segmentos de clientes Particulares e Empresas

A carteira de depósitos por segmentos de clientes apresentou o seguinte perfil e podemos observar na tabela 5.6:

- ✓ A carteira de depósitos dos particulares podemos constatar que aumentou em 5,81% correspondendo ao valor de (2.537.090 contos) em 2021 totalizando o valor de 46.188.112 contos.
- ✓ Quanto as empresas apresentaram uma queda significativa nos depósitos em 18,26% (-5.315.779 contos) com uma carteira de 23.788.820 contos

Tabela 5.6 Depósitos dos clientes por segmentos

Depósitos	dez/21		dez/20		Variação 2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	46188112	66%	43651022	60%	2537090	5,81%
Empresas	23788820	34%	29104599	40%	-5315779	-18,26%
Total	69976932	100%	72755621	100%	-2778689	-3,82%

Fonte: Relatório e contas

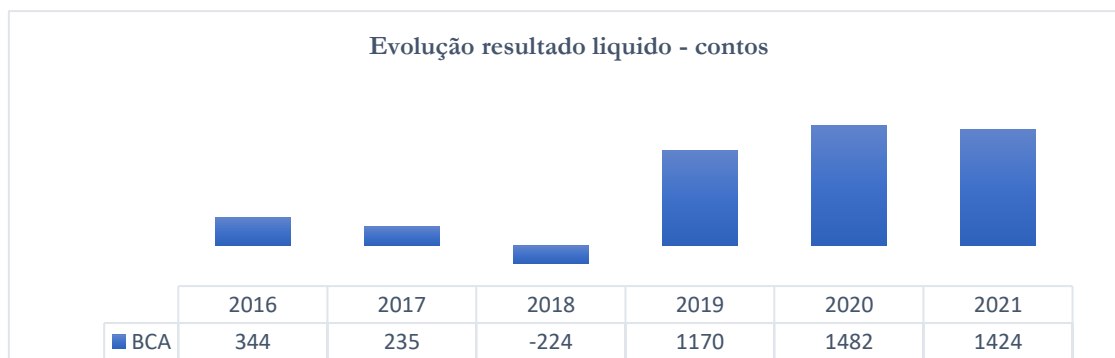


Gráfico 5.9 BCA Evolução dos resultados

Fonte: Relatório e Contas BCA

Resultado Líquido

O resultado líquido do BCA sofreu uma diminuição de 109 contos em relação ao ano anterior, devido à redução dos rendimentos de juros similares. No ano seguinte, observamos que o

banco teve o seu pior lucro na história (um valor negativo). Pode-se notar que, nesse ano, houve um aumento significativo nos gastos, apesar de um rendimento elevado, mas este não foi suficiente para cobrir os juros e outros encargos. Nos últimos três anos, os gastos atingiram um nível elevado não apenas devido ao aumento dos rendimentos, mas também à diminuição das despesas. Mesmo em 2020, quando o país decretou o Estado de Emergência devido à COVID-19, o banco apresentou resultados satisfatórios, conforme demonstrado no gráfico 5.9.

Ao analisar a evolução dos resultados da CECV, constata-se que o banco teve bons resultados desde 2016 até 2020, com um aumento significativo de 238.529 contos, correspondente a 25,35%. No entanto, esta evolução foi fortemente afetada pelos impactos decorrentes da pandemia provocada pela COVID-19, principalmente na constituição de imparidades adicionais para risco de crédito. No ano seguinte, o banco recuperou-se e teve um acréscimo de 37,80% em relação ao período anterior. Esta evolução é amplamente explicada pela redução do reforço de imparidades, considerando o nível satisfatório da cobertura do risco de crédito por imparidades.

O gráfico 5.10 ilustra essa evolução.

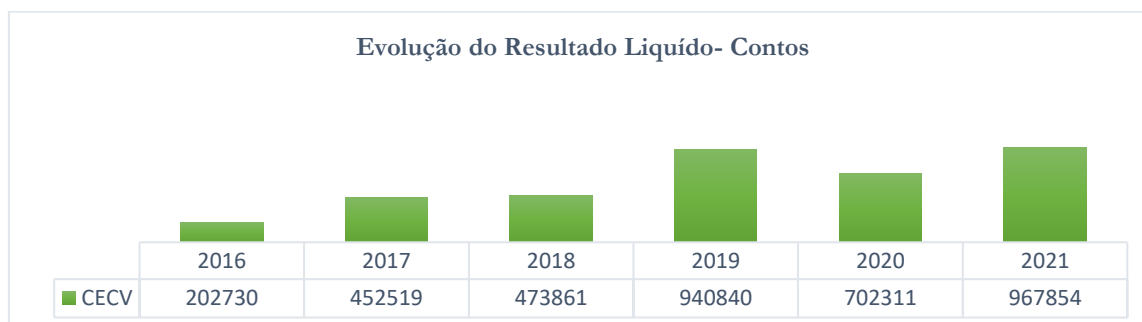


Gráfico 5.10: CECV Evolução dos Resultados

Fonte: Relatório e contas

Evolução da Margem Financeira

A margem financeira é normalmente considerada uma das principais fontes de lucro das instituições de crédito. É calculada pela diferença entre os juros provenientes dos rendimentos e os juros referentes aos custos associados à atividade de intermediação financeira dos bancos.

A margem financeira aumentou 49 mil contos, o que corresponde a 2,5% em relação ao período homólogo, situando-se em 2.027 mil contos, justificado pela diminuição dos juros e encargos similares e aumento dos juros e rendimentos similares.

No ano de 2019, a margem aumentou em 7,8%, o que corresponde a 197 mil contos face ao ano anterior, justificado pela significativa redução dos juros e encargos similares devido ao efeito do preço e um ligeiro aumento dos juros e rendimentos similares.

Nos últimos dois anos, observamos a mesma tendência dos anos anteriores, com um aumento no valor de 49 mil contos devido ao incremento dos juros e rendimentos similares e uma diminuição dos juros e encargos similares.

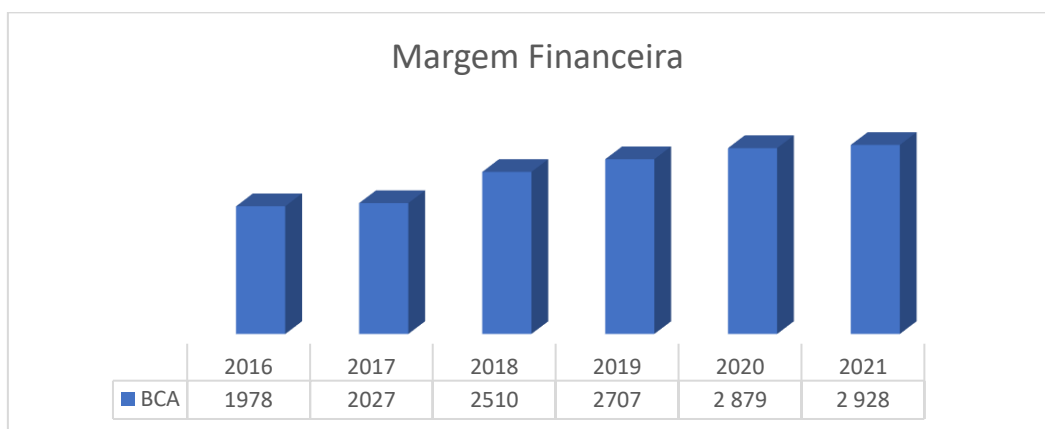


Gráfico 5.11 BCA Margem Financeira

Fonte: Relatório e Contas BCA

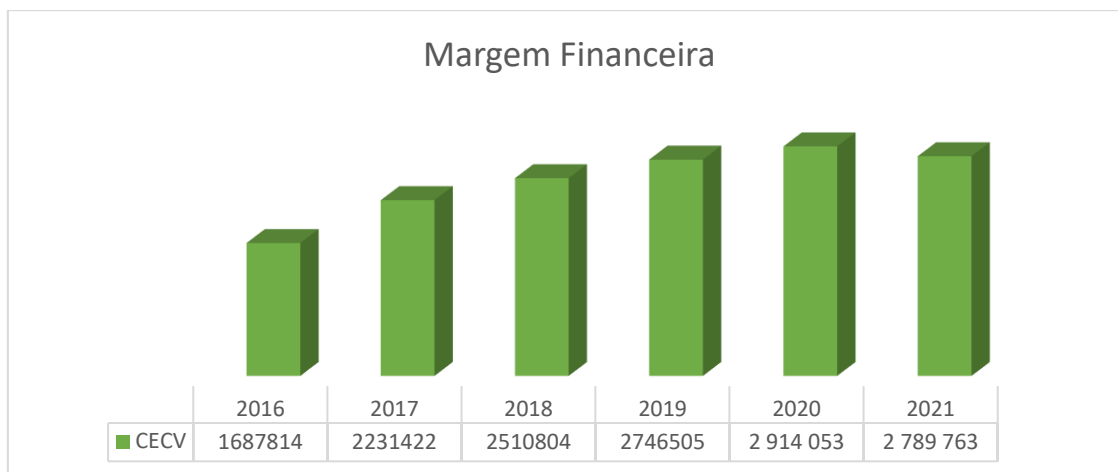


Gráfico 5.12 CECV Margem Financeira

Fonte: Relatório e Contas CECV

A margem financeira, principal componente do produto bancário, representando 87,82%, totalizou 2.231.421 contos, evidenciando um aumento de 543.607 contos (32,21%) em relação ao ano anterior, sobretudo devido ao aumento dos juros e rendimentos e à diminuição dos juros e encargos similares.

Em 2019, a margem financeira atingiu 2.746.505 contos, refletindo um acréscimo de 235.701 contos em relação ao ano homólogo. Assim como nos anos anteriores (2016 e 2017), registou-se um aumento dos juros e rendimentos similares e uma diminuição dos juros e encargos similares.

Nos últimos dois anos, a margem financeira diminuiu para 2.789.763 contos, uma redução de 124.290 contos em relação ao ano anterior. Isso ocorreu devido à diminuição dos juros de carteira de crédito titulado e não titulado em 153.986 contos, enquanto os juros e encargos similares registaram uma queda de 65.725 contos.

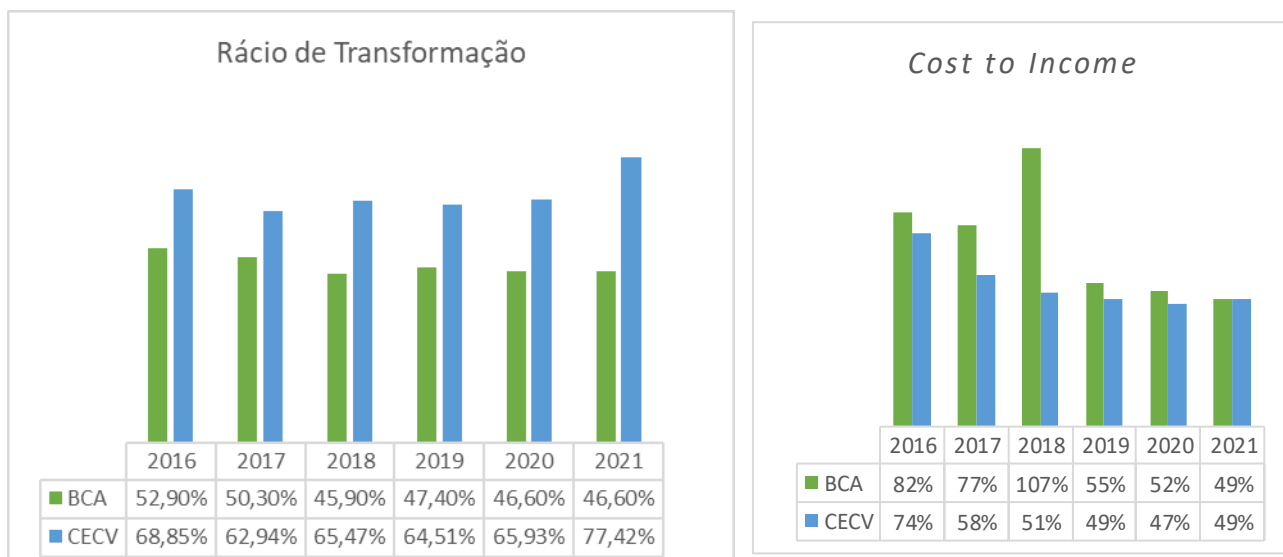


Gráfico 5.13 Rácio de Transformação vs Cost do Income

Fonte: Relatório e Contas

Os bancos mais eficientes geralmente são mais rentáveis. A relação entre eficiência e rentabilidade bancária mede essencialmente os custos gerais de um banco sobre o produto bancário, denominado por *cost-to-income*. Esses custos incluem os gastos administrativos e os custos com pessoal, permitindo evidenciar a capacidade do banco em obter proveitos em relação aos custos operacionais. De uma forma geral, o rácio de eficiência pode ser melhorado através da redução dos custos ou do aumento do produto bancário. Quanto menor for o rácio, maior será a eficiência do banco. No gráfico 5.13, podemos observar que o BCA apresenta o pior desempenho em todos os anos, exceto no último ano, em que ambas as entidades apresentaram a mesma percentagem.

Segundo Alcarva (2011), a liquidez bancária é o grau de rapidez e facilidade com que os ativos do banco e a exigibilidade do passivo podem ser transformados em disponibilidade. A definição de liquidez implica a necessidade de equilíbrio entre os recursos investidos e a mobilização de depósitos. O rácio permite avaliar a capacidade de transformar o crédito e os depósitos em disponibilidade para cumprir os compromissos das instituições bancárias na data prevista.

O rácio de transformação reflete o peso do crédito nos depósitos totais da instituição. Quanto maior for o valor apresentado por este rácio, maior será o grau de alavancagem do banco.

Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade

Os gráficos 5.14 e 5.15 mostram a evolução dos fundos próprios e solvabilidade. Verifica-se que nos últimos 5 anos houve um acréscimo ligeiro entre os fundos próprios e solvabilidade, excluindo o ano 2018 onde há uma diminuição, mas mesmo assim, o banco cumpriu os requisitos exigidos pelo banco de Cabo Verde, que regula todo o sistema financeiro do país (rácio de solvabilidade 12%), sendo que no ano 2020, passou a ser 10% devido ao covid-19, que teve um grande impacto na economia cabo verdiana e em todo o mundo. É possível verificar que são nesses últimos 3 anos que houve um maior aumento do rácio, bem como no do fundo próprio.

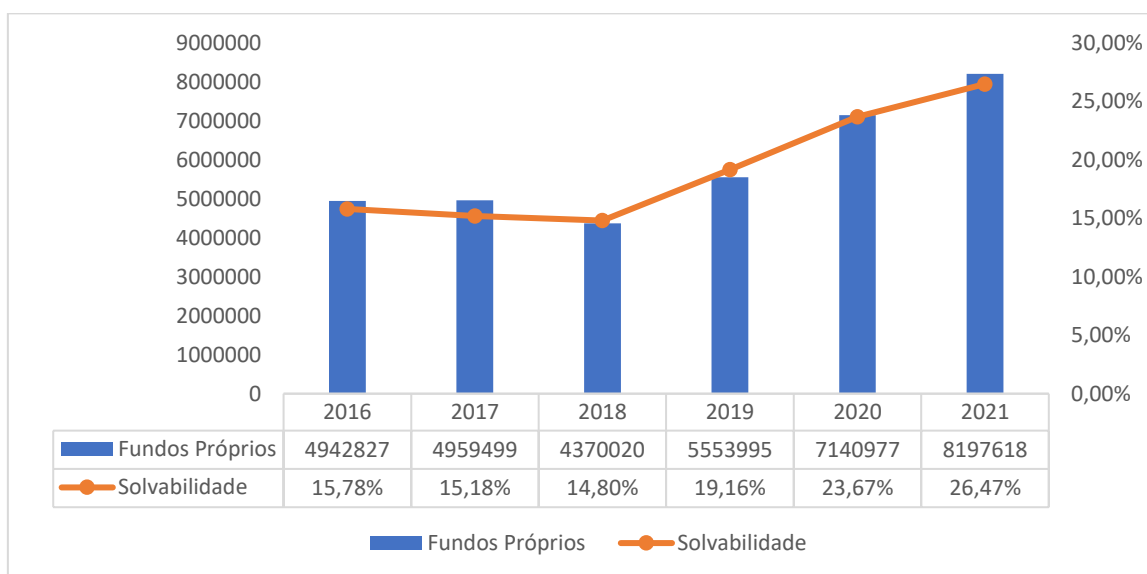


Gráfico 5.14 BCA Solvabilidade e Fundos Próprios

Fonte: Relatório e Contas

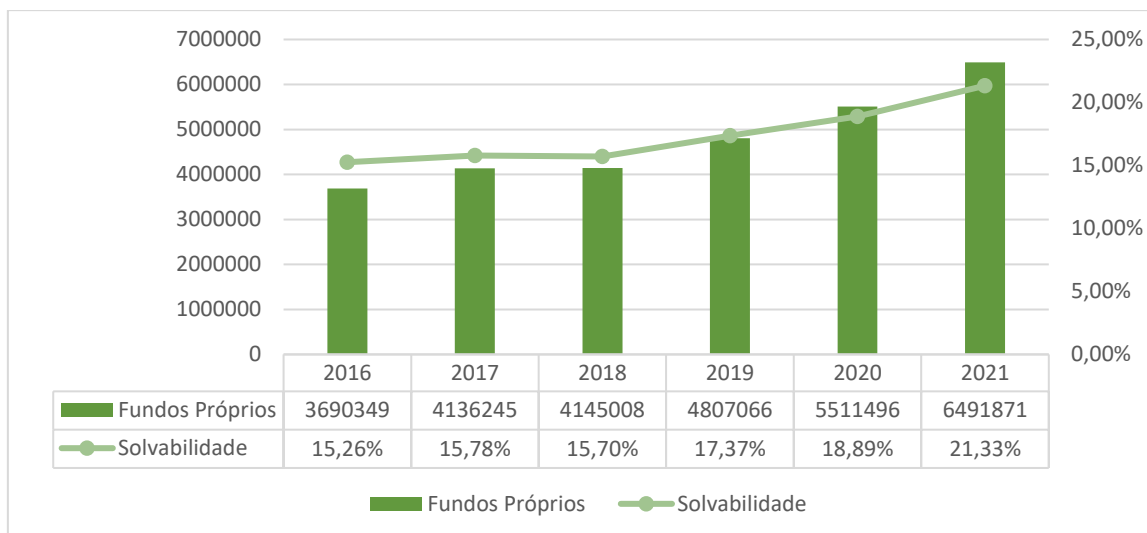


Gráfico 5.15 CECV Solvabilidade e Fundos Próprios

Fonte: Relatório e Contas

A evolução do rácio de endividamento (gráfico 5.16) mostra que a empresa está endividada ao comparar o seu património líquido com as suas obrigações. Se este rácio estiver próximo ou abaixo de 1, isso demonstra um bom planeamento. Nesse caso, podemos concluir que as duas instituições estão numa posição razoável.

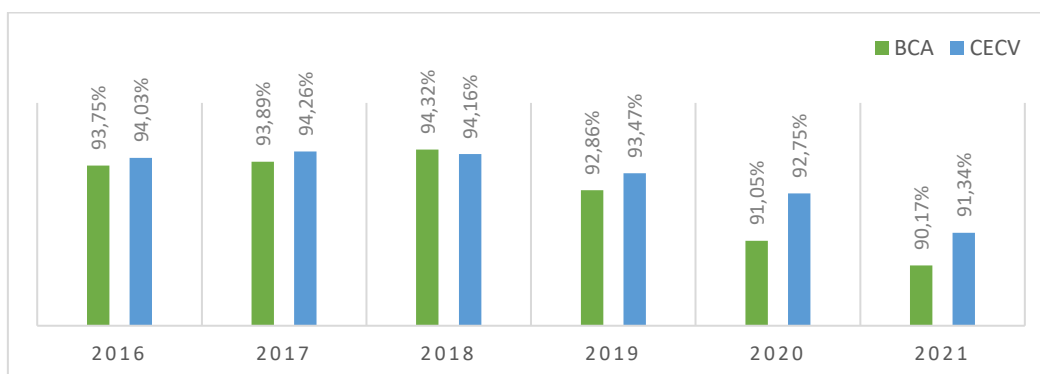


Gráfico 5.16 Rácio do Endividamento

Fonte: Relatórios e contas

Abaixo, seguem as tabelas 5.7 e 5.8 que apresentam a evolução dos rácios de rentabilidade dos dois bancos:

Tabela 5.7 Rácio de rentabilidade BCA

	BCA					
Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Rendibilidades das vendas das líquidas	9,47%	6,78%	-3,14%	33,18%	43,44%	41,71%
Rendibilidade do ativo (ROA)	5,4%	0,27%	-0,12%	1,31%	1,69%	1,60%
Rendibilidade do capital Próprio (ROE)	6,52%	4,32%	-2,16%	18,74%	18,95%	16,04%

Fonte: Relatórios e Contas BCA

Tabela 5.8 Rácio de rentabilidade CECV

	CECV					
Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Rendibilidade líquidas das vendas	6,00%	11,70%	11,93%	23,03%	17,09%	24,70%
Rendibilidade do Ativo (ROA)	3,4%	0,67%	0,65%	1,25%	0,89%	1,23%
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	5,24%	11,51%	11,29%	20,16%	12,91%	15,42%

Fonte: Relatórios e Contas

A rentabilidade do ativo corresponde à relação entre o líquido e o total do ativo líquido, indicando a capacidade de gerir os resultados dos ativos de uma organização. Um ROA baixo indica que o banco tem despesas operacionais elevadas. Podemos observar que, em 2018, ambos tiveram uma boa percentagem. Nos dois anos seguintes, ambos os bancos tiveram resultados muito fracos, o que demonstra excessos nos gastos, especialmente o BCA, que teve resultados negativos, assim como o ROA.

No ano de 2019, houve um aumento em comparação com o ano anterior. Em 2020, mesmo com a pandemia de Covid-19 no país, o BCA conseguiu manter o nível, enquanto o CECV diminuiu para 0.89%. No último ano, o CECV teve um aumento ligeiro para 1.23%, enquanto o BCA diminuiu para 1.60%.

O rácio de rentabilidade dos capitais próprios reflete a relação entre o resultado líquido e o total dos capitais próprios da empresa, indicando os lucros gerados pelos mesmos. Quanto maior for este rácio, mais atrai a atenção dos investidores. No entanto, também existe uma maior probabilidade de aumentarem os seus capitais próprios. Podemos verificar que ambas as empresas tiveram um aumento extraordinário nos últimos três anos. No entanto, em 2018, o BCA teve um ROE negativo devido aos resultados líquidos também negativos, o que afeta o valor final. Observamos que, a partir de 2019, ambos tiveram um crescimento notável.

Cálculo do Z-Score

Abaixo, nas tabelas 5.9 e 5.10, apresenta-se os cálculos do Z-Score, para ambos os bancos.

Tabela 5.9 Cálculo do *Z-Score*

BCA						
Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ativo circulante	78961	83230	85142	80750	81168	83925
Passivo circulante	73268	77415	78325	79325	78510	80345
Total do activo	84520	89106	91167	87425	87414	90362
Total do Passivo	79241	83663	85987	81180	79594	81482
Resultados líquidos	344	235	-112	1170	1482	1424
Resultado transitados	360	388	389	381	4977	6076
Capital Proprio	5278	5442	5180	6246	7820	8879
Resultados Antes do Imposto (RAI)	418	292	-123	1163	1719	1518
X1	0,067356839	0,065259354	0,074774864	0,016299685	0,030407029	0,039618424
X2	0,004259347	0,004354364	0,004266895	0,004358021	0,05693596	0,067240654
X3	0,004945575	0,003276996	-0,001349172	0,013302831	0,019665042	0,016799097
X4	0,066606933	0,065046675	0,060241664	0,076940133	0,098248612	0,108968852
Z-score	0,558917876	0,532617012	0,558620492	0,291315249	0,620391463	0,706408618
Conclusão	Zona de Perigo	Zona de Perigo	Zona de Perigo	Zona de Perigo	Zona de Perigo	Zona de Perigo

Fonte: Adaptado de relatório e contas BCA

Tabela 5.10 Cálculo do Z-Score

CECV						
Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ativo circulante	57766556	67759233	68258304	73963110	75820115	78361822
Passivo circulante	58102243	67654382	68044776	72204329	73503042	70621782
Total do activo	62240792	72270116	72659840	77968374	79 923 329	78 085 322
Total do Passivo	58526185	68122643	68414967	72877605	74 130 249	71 324 388
Resultados líquidos	202730	452519	473861	940840	702 311	967 854
Resultado transitados	2119876	2302954	2379012	2757928	3698768	4401080
Capital Proprio	3714607	4147473	4244874	5090768	5 793 080	6 760 934
Resultados Antes do Imposto (RAI)	207418	530097	533555	1144662	760932	1096061
X1	-0,00539336	0,001450821	0,002938735	0,022557621	0,028991197	0,099122854
X2	0,034059271	0,031865924	0,032741773	0,035372393	0,046278953	0,056362449
X3	0,003332509	0,00733494	0,00734319	0,014681106	0,009520775	0,01403671
X4	0,063469146	0,060882444	0,062045985	0,069853668	0,078147316	0,094791336
Z-score	0,164689846	0,226617663	0,240510801	0,43529538	0,487085929	1,027845101
Conclusão	Zona de Perigo	Zona de Perigo	Zona de Perigo	Zona de Perigo	Zona de Perigo	Zona de Perigo

Fonte: Adaptado de relatório e contas CECV

De acordo com os cálculos, podemos concluir que, mesmo com uma boa rentabilidade, as empresas não satisfazem o padrão estabelecido por Altman e encontram-se numa zona de perigo. As implicações de as empresas não satisfazerem o padrão estabelecido por Altman e estarem numa zona de perigo podem ser significativas. Aqui estão algumas possíveis implicações:

- ✓ **Risco de Insolvência:** Empresas nesta zona de perigo podem estar em maior risco de insolvência, o que significa que enfrentam dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras. Isso pode levar a processos de falência ou reestruturação, afetando investidores, credores e funcionários.
- ✓ **Dificuldade em Obter Crédito:** Empresas com uma avaliação de crédito fraca podem ter dificuldades em obter empréstimos ou financiamento a taxas de juros razoáveis. Isso pode limitar seu crescimento e capacidade de investir em novos projetos ou expansões.
- ✓ **Desconfiança dos Investidores:** Investidores e acionistas podem perder a confiança na capacidade da empresa de gerar retornos consistentes. Isso pode levar a uma queda

no valor das ações e a uma saída de investidores, piorando ainda mais a situação financeira da empresa.

- ✓ **Impacto nos Funcionários:** A incerteza financeira pode levar a preocupações entre os funcionários sobre a segurança de seus empregos. Isso pode afetar negativamente o moral e a produtividade dos funcionários.
- ✓ **Dificuldades Operacionais:** Empresas com problemas financeiros podem enfrentar dificuldades para financiar operações diárias. Isso pode levar a cortes de custos, demissões e redução de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- ✓ **Reputação:** A falência ou dificuldades financeiras persistentes podem prejudicar a reputação da empresa. Clientes, fornecedores e parceiros de negócios podem hesitar em fazer negócios com uma empresa considerada financeiramente instável.
- ✓ **Necessidade de Mudanças Estratégicas:** Para sair da zona de perigo, a empresa pode precisar implementar mudanças estratégicas significativas, como reestruturação, redução de custos, diversificação de produtos ou entrada em novos mercados. Essas mudanças podem ser desafiadoras e demoradas.

Em resumo, estar numa zona de perigo segundo a avaliação de Altman pode ter implicações sérias e multifacetadas para a empresa, afetando sua viabilidade a longo prazo, sua capacidade de atrair investimentos e seu relacionamento com diversas partes interessadas.

6. CONCLUSÕES

6.1. Contributos do estudo

O estudo de previsão de falências é um tema que tem sido abordado ao longo dos tempos e tem sido desenvolvido no sentido de melhorar cada vez mais a sua eficácia como instrumento útil para os agentes económicos. Durante a elaboração deste trabalho, foram obtidas informações relevantes que ajudam os gestores a tomar as melhores decisões com base nas informações fornecidas pelas demonstrações financeiras.

De acordo com as pesquisas efetuadas, podemos concluir que esses modelos já existiam há muito tempo. Começou com dois pioneiros, *Altman e Beaver*, que sentiram a necessidade de realizar uma investigação perante o problema, uma vez que a informação fornecida pelas demonstrações financeiras não era suficiente para obter uma resposta credível. Atualmente, é obrigatório para as empresas realizarem um estudo de previsão de falência para evitar problemas futuros.

Os estudos de previsão de falências não apenas beneficiam as empresas ao preverem potenciais desafios financeiros, mas também desempenham um papel crucial na economia em geral. Ao antecipar problemas financeiros, as empresas podem adotar estratégias proativas para evitar falências, preservando assim empregos, investimentos e contribuições para a economia local e nacional. Além disso, esses estudos ajudam os reguladores a desenvolverem políticas mais eficazes e aprimorar as regulamentações financeiras, promovendo assim a estabilidade do mercado. Ao fornecerem insights valiosos sobre os padrões de falência, esses estudos contribuem para um ambiente económico mais saudável e resiliente, beneficiando não apenas as empresas individuais, mas toda a sociedade.

6.2. Limitações do estudo

As principais limitações na realização deste trabalho centram-se na obtenção de dados suficientes, uma vez que existem apenas um número reduzido de amostras, o que dificulta a análise. A principal fonte de recolha de informações foram as demonstrações financeiras, no entanto, estas não continham todas as informações necessárias para dar continuidade ao estudo, apesar de serem consideradas as mais credíveis. Durante a elaboração, deparou-se com limitações ao

aplicar o modelo de *Altman*, uma vez que a equação original não é aplicável a empresas não industriais e, além disso, a empresa em questão está cotada na bolsa de valores, tornando o último algoritmo *X5* inaplicável. No que diz respeito à análise dos rácios, seria uma mais valia explorar mais tipos de rácios para uma análise mais abrangente.

Além das limitações mencionadas anteriormente, é importante ressaltar que a disponibilidade limitada de dados também pode afetar a precisão das conclusões. O estudo dependeu fortemente das informações disponíveis nas demonstrações financeiras, o que poderia ter sido mais abrangente com uma maior variedade de dados. Além disso, a falta de acesso a dados atualizados pode ter impactado a análise, visto que as condições económicas e financeiras das empresas estão em constante mudança. Estas limitações ressaltam a necessidade de futuras pesquisas contarem com conjuntos de dados mais abrangentes e atualizados, a fim de aprofundar ainda mais a compreensão dos padrões de falência e melhorar a precisão das previsões.

6.3. Sugestões para investigações futuras

Quanto a sugestões futuras, seria relevante investigar a eficácia dos bancos em Cabo Verde utilizando o *MDIUS* e comparando com os modelos de *Altman*, além de verificar até que ponto a empresa suporta os riscos de crédito e outros aspetos. Outra sugestão para investigação futura, seria realizar um estudo sobre a criação de valor bancário em Cabo Verde, utilizando os seguintes métodos: *EVA*, *MVA* e o *RAROC*.

Além disso, considerando o contexto das nossas discussões anteriores, seria valioso explorar também a aplicação desses métodos de avaliação de risco e criação de valor em instituições financeiras de outros países lusófonos, comparando as práticas em Cabo Verde com as de outras nações de língua portuguesa. Dessa forma, poderíamos não apenas ampliar o entendimento sobre a eficácia dos bancos em diferentes contextos, mas também contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais robustas e adaptáveis, promovendo assim a estabilidade e o crescimento contínuo do setor bancário nos países de língua portuguesa.

6.4. Conclusões finais

O presente trabalho teve o enfoque nos cálculos dos rácios e na sua comparação para tirar conclusões finais, bem como na aplicação do modelo Altman nos dois principais bancos em Cabo Verde, analisando a sua situação (solvente ou insolvente). No entanto, pelos cálculos, podemos concluir que ambos se encontram numa zona de perigo. Contudo, há controvérsias nos cálculos dos rácios. Por exemplo, os rácios de rentabilidade apresentam uma boa percentagem, enquanto o rácio de solvabilidade atinge os valores exigidos pelo banco central, que são de 12%.

Em suma, após uma análise aprofundada dos dados e a aplicação rigorosa dos modelos e rácios financeiros, é evidente que a situação dos principais bancos em Cabo Verde é delicada e merece uma atenção cuidadosa por parte das autoridades reguladoras e das próprias instituições financeiras. Apesar das controvérsias nos cálculos dos rácios, as discrepâncias ressaltam a complexidade do setor bancário e a necessidade de abordagens mais refinadas na avaliação da saúde financeira das organizações.

Além disso, este estudo destaca a importância contínua da pesquisa e análise no campo da previsão de falências e na avaliação da estabilidade financeira das instituições bancárias. Futuros trabalhos podem explorar ainda mais os fatores subjacentes que contribuem para as variações nos resultados dos modelos, bem como investigar possíveis estratégias de mitigação para os bancos enfrentarem os desafios financeiros identificados. É imperativo que os gestores bancários estejam atentos aos sinais de alerta precoce e adotem medidas proativas para garantir a sustentabilidade a longo prazo de suas operações, protegendo assim os interesses dos acionistas, clientes e da economia como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alcarva, P. (2011). *A Banca e as PME*. Porto: Vida Económica.
- Agarwal, V., & Taffler, R. (2007). *Journal of banking & Finance* . comparing the performance of market- based and accounting based bankruptcy prediction models. doi:<http://dx.doi.org/10.1016/j.jbankfin.2007.07.014>
- Altman, E. I. (1968). Financial Ratios, Discriminant analysis and the prediction of corporate bankruptcy. *Journal of Finance*, 23(4), 589-609. doi:10.2307/2978933
- Altman, E. I. (1983a). *Corporate Financial Distress: A Complete Guide to Predicting, Avoiding, and Dealing with Bankruptcy* (Frontiers in Finance Series). Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- Altman, E. (1999), “Predicting Financial Distress of companies: Revisiting the Z-Score and Zeta Models”, Working paper, Stern School of Business New York University.
- Altman, E. I. (2000). Predicting financial distress of companies: revisiting the Z-score and Zeta Models. Workingpaper, Stern School of Business. Universidade de Nova Iorque.
- Altman, E. I., & Hotchkiss, E. (2006). *Corporate Financial Distress and Bankruptcy - Predict and Avoid Bankruptcy, Analyze and Invest in Distressed Debt*. Hoboken: John Wiley & Sons.
- Alves, M. T., Da Mata, C. M., & Nunes, S. C. (2015). O papel da Demonstração dos Fluxos de Caixa na Previsão da Falência: O Caso do Banco Privado Português. *Revista Universo Contábil*, ISSN 1809-3337, 11(3), pp. 196-197. doi:10.4270/ruc.2015328
- Banco de Portugal. (2007). *Consulta do Banco de Portugal: Modelo de avaliação do risco*.
- Barros, G. C. O. (2008). *Modelos de Previsão da Falência de Empresas: Aplicação Empírica ao Caso das Pequenas e Médias Empresas Portuguesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Dissertação de Mestrado.
- Beaver, W. H. (1966). Financial Ratios as Predictors of Failure. *Journal of Accounting Research*, 4, 71-111. doi:10.2307/2490171
- BIS – Bank For International Settlements (2015). *A brief history of the Basel Committee*. Basel Committee on Banking Supervision.
- Boletim Oficial de Cabo Verde (2022), disponível em https://www.bcv.cv/pt/O%20Banco/Sectores/Documents/2022/8_Aviso_2-2022.pdf
- Caiado, A. & Caiado, J. (2008). *Gestão de Instituições Financeiras*. 2.º ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Caiado, A. (2019). *Bancos: Normativos, Contabilidade e Gestão* (2 ed.). Edições Sílabo.
- Caixa Geral de Depósitos. (2020). *Disciplina de mercado*. Obtido de <https://www.cgd.pt/Investor-Relations/Informacao-Financeira/CGD/Documents/Disciplina-de-Mercado-2014.pdf>
- Campinho, S. (2018) *Falência e recuperação das empresas*. 9ª.ed. São Paulo
- Carvalho, Paulo V. - *Fundamento da Gestão de Crédito*. Lisboa: Editora Sílabo, 2009.

- Carrilho, José Manuel, Manuel Luís Prates, Luís Vilela Pimentel, Luís Laureano (2005), Elementos de análise financeira – casos práticos, Lisboa, Publisher Tean.
- Das Neves Carvalho, J (2000), 12ª edição, Análise Financeira - Vol. 1 – Técnicas fundamentais, Lisboa, Texto Editora.
- Das Neves Carvalho, J. (2007). Análise de Risco e Custo de Capital Alheio. Análise Financeira: Técnicas Fundamentais. 1ª ed. Lisboa: Texto Editores.
- Das Neves Carvalho, J. (2009). Análise Financeira - Técnicas Fundamentais. Textos Editores, Lda.
- Das Neves Carvalho, J. (2012) - Análise e Relato Financeiro – Uma Visão Integrada da Gestão. Texto Editores, Lda. 5ª Edição. Alfragide.
- Disciplina de mercado de 2014 da Caixa Geral de Depósitos, disponível em <https://www.cgd.pt/Investor-Relations/Informacao-Financeira/CGD/Documents/Disciplina-de-Mercado-2014.pdf>
- Farinha, J. B. (1995). Análise de Rácios Financeiros- uma Perspectiva crítica (1ª ed.). Porto: Edições ASA.
- Gaspar, C. (2014), Risco de crédito. A importância da gestão de carteiras de crédito, Inforbanca 100, 41-43.
- Grice, J., & Dugan, M. (2001). The Limitations of bankruptcy prediction models: some cautions for the researcher. Review of Quantitative Finance and accounting, 17, p. 151. doi:<https://doi.org/10.1023/A:1017973604789>
- Helfert, E.A. (2000). Técnicas de Análise Financeira: um Guia Prático para Medir o Desempenho dos Negócios. Porto Alegre: Bookma
- Hughes, Stewart (1993), Bankruptcy prediction models. Credit Control Journal, 14(11), 16-23.
- Liberman, M., Barbosa, K., & Pires, J. (2018). Falência Bancária e Capital Regulatório: Evidência para o Brasil. Revista Brasileira De Economia, 72(1).
- Maquieira, C., & Vieito, J. (2013). Finanças Empresariais- Teoria e Prática. Escolar Editora.
- Menezes, H. C. (1996). Princípios de Gestão Financeira. Lisboa: Editorial Presença.
- Menezes, H. C. (2000). Princípios de Gestão Financeira. Lisboa: Editorial Presença.
- Ohlson, J. A. (1980). Financial Ratios and the Probabilistic Prediction of Bankruptcy. Journal of Accounting Research, 18(1), 109-131. doi:10.2307/2490395
- Peres, C. & Antão, M. (2017). The Use of Multivariate Discriminant Analysis to Predict Corporate Bankruptcy: a Review. Aestimatio, The Ieb International Journal of Finance, 14, 108-131.
- Pinho, C., & Soares, I. (2007). Finanças Mercados e Instrumentos (1º ed.). Lisboa: Editora Sílabos.
- Rácios de Gestão de Empresas e Análise Financeira - Neomarca, disponível em <https://neomarca.pt/pt/dicas/racios-de-gestao-de-empresas/?msclkid=ecca5cb,ac17411ecb53fb492071ef294>.
- Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337 Blumenau, v. 11, n. 3, p. 190-210, jul./set., 2015 doi:10.4270/ruc.2015328 Disponível em www.furb.br/universocontabil.

Sharma, S. e Mahajan, V. (1980), Early warning indicators of business failure, Journal of Marketing, 44, 80-89.

Stewart, H. (1993). Bankruptcy prediction models. Credit Control Journal, 14(11), 16-23.

Rátios de Gestão de Empresas e Análise Financeira - Neomarca, disponível em <https://neomarca.pt/pt/dicas/racios-de-gestao-de-empresas/?msclid=eeea5cb,ac17411ecb53fb492071ef294>.

Relatórios

BCA. (2021). Relatório do Governo Societário.

BCA. (2016-2021). Relatório e Contas.

CECV. (2021). Relatório do Governo Societário

CECV. (2016-2021). Relatório e Contas

Legislação

Aviso nº 7/2007. D.R. I Série 28 (19/11/2007) disponível em https://www.bcv.cv/pt/Supervisao/MicroPrudencial/Bancos%20/Regula%C3%A7%C3%A3o/Documents/Normas%20Prudenciais/Aviso_3-2007.pdf.

Decreto-Lei nº 61/2014. D.R. I Série 28 (23/04/2014) disponível em <https://pt.scribd.com/document/270797465/Lei-de-Bases-Do-Sistema-Financeiro-Lei-n%C2%BA-61-VIII-2014-De-23-de-Abril>.

Decreto-Lei nº 53/2004 D.R. I Série-A. 66 (18-03-2004) 1415

Decreto-Lei nº 298/92 D.R. I Série A- (31/12/1992)

ANEXOS

Balanço BCA (2016-2021)

Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Caixas e Disponibilidades no Banco Central	7845	6325	8637	6328	3463	4160
Disponibilidade em outras instituições de crédito	652	603	3078	1001	715	670
Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda Líquida	6654	6535	6573	145	109	117
Aplicações em Instituições de Crédito	18123	23586	17592	22598	25491	25686
Crédito a Clientes Líquido	45687	46181	49262	50678	51389	53293
Outros Activos tangíveis líquidos	2176	2050	1932	1864	1825	1901
Activos Intangíveis	53	62	72	61	47	41
Propriedade de Investimento	1	1	1	1	1	1
Investimento Filiais/Associados/ Empreendimento. Conjunto	337	321	359	393	409	454
Activos por Imposto Correntes	902	14	34	40	47	164
Activos por Impostos Diferidos	-	3	80	171	108	121
Outros Activos	2090	3425	3546	4144	3810	3754
Total dos Ativos	84520	89106	91166	87424	87414	90362
Passivo						
Recursos de Outras Instituições de créditos	565	1553	372	428	440	674
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	72704	75863	77952	78896	78070	79671
Provisões	5219	5309	7154	349	306	321
Passivos por impostos correntes	73	67	26	107	280	232
Passivos por impostos Diferidos	197	206	188	187	15	
Outros Passivos Subordinados	99	-				
Outros Passivos	385	666	406	1211	482	585
Total dos Passivos	79242	83664	86098	81178	79594	81483
Capitais Próprios	5278	5442	5068	6246	7820	8879
Dos quais: Resultado Líquido	344	535	-112	1170	1482	1424
Total CP+ P	84520	89106	91166	87424	87414	90362

Demonstração dos Resultados BCA 2016-2021

Tabela 2	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Demonstrações de Resultados BCA						
Juros e rendimentos Similares	3635	3469	3563	3527	3411	3415
Juros e Encargos Similares	1657	1442	1053	820	-592	-487
Margem Financeira	1978	2027	2510	2707	2819	2928
Rendimento de Instrumento de Capital	18	12	37	2	2	2
Rendimentos de serviços e comissões	424	464	462	490	397	432
Encargos de serviços e comissões	44	55	61	70	-69	-64
Resultados de reavaliação Cambial	113	110	162	198	115	177
Resultados de Alienações de outros activos	12	-8	18	1	-5	44
Outros rendimentos de exploração	64	219	53	113	115	174
Margem Complementar	587	742	671	734	555	765
Produto Bancário	2565	2769	3181	3441	3374	3693
Custo com Pessoal	1273	1288	2575	1054	1024	1016
Gastos Gerais Administrativos	614	638	640	645	550	614
Amortizações do Exercício	208	208	190	188	174	182
Custos Operativos	2095	2134	3405	1887	1748	1812
Provisões Líquidas de Reposições e anulações	-	-64	-27	65	-42	8
Imparidade líquida de outros activos financeiros	98	454	-18	394	2	427
Resultados de Filiais excluídas de consolidação	45	47	56	67	53	73
Resultado Antes de Impostos	418	292	-235	1163	1719	1518
Impostos Correntes	74	57	-11	81	200	110
Passivos Fiscais Correntes					54	
Impostos Diferidos	-	-	-	-88	-17	-16
Resultado líquido	344	235	-224	1170	1482	1424

Balço CECV 2016-2021

Tabela 3	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Descrição						
Caixas e Disponibilades em Banco Centrais	9588790	10190370	9459301	6115152	6000826	9749912
Disponibilidade em outras instituições de crédito	1299522	2129308	1217059	2938587	1711940	2296144
Ativos financeiros disponíveis para venda	3823	3823	3823	3823	3823	3823
Aplicações em instituições de crédito	6140458	8528240	9985960	17816492	18577737	9800223
Crédito clientes	40733963	46907492	47592161	47089056	49525789	52228102
Propriedade de Investimento	5188	5052	5018	4842	4811	4692
Outros ativos tangíveis	2044471	1986167	1994916	2069093	2040452	1991790
Ativos intangíveis	12717	11228	13042	5412	3294	715
Investimento em filiais, associadas e emp. Conjunto	79078	78339	89937	103927	99807	119767
Ativos por impostos correntes	22921	45488	43273	69236	35119	93697
Ativos por impostos diferidos	14848	0	63825	44936	70412	70412
outros ativos	2295014	2384610	2191525	1707817	1849320	1726046
Total dos Ativos	62240793	72270117	72659840	77968373	79923330	78085323
Recursos de outras instituições de crédito	486736	634648	200076	154135	90077	252541
Recursos de clientes e outros empréstimos	57615507	67019735	67844700	72050194	73412965	70369243
Provisões	66353	71228	34620	31877	66000	66335
Passivos por impostos correntes	12106	74577	8257	184932	84097	128206
Outros passivos	345485	322456	327314	456467	477109	508064
Capitais Próprios	1392000	1392000	1392000	1392000	1392000	1392000
Outros resultados transistados	2119876	2302954	2379012	2757928	3698768	4401080
Resultado do exercício	202730	452519	473861	940840	702311	967854
Total do passivo	58526187	68122644	68414967	72877605	74130248	71324389
Total do passivo + capital	62240793	72270117	72659840	77968373	79923327	78085323

Demonstração dos Resultados 2016-2021

Tabela 4	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Demonstrações de Resultados CECV						
Juros e rendimentos Similares	3381235	3869195	3970886	4084479	4109044	3919028
Juros e Encargos Similares	1693421	1637773	1460082	1337973	1194991	1129265
Margem Financeira	1687814	2231422	2510804	2746506	2914053	2789763
Rendimento de Instrumento de Capital	0	170	0	0	0	0
Rendimentos de serviços e comissões	184728	204264	244973	282025	206357	205718
Encargos de serviços e comissões	65510	87195	101304	117041	105605	110267
Resultados de reavaliação Cambial	68934	83697	112398	99525	37830	87983
Resultados de Alienações de outros activos	3043	3116	110	29326	11124	3975
Outros rendimentos de exploração	141487	105412	65950	7468	63149	64951
Produto Bancário	2020496	2540886	2832931	3047809	3126908	3042123
Custo com Pessoal	736330	749064	805529	830606	838157	858168
Gastos Gerais Administrativos	542982	540174	538993	544072	517876	520544
Amortizações do Exercício	223560	180269	109327	115284	114000	121322
Provisões líquidas de Reposições e anulações	13904	4877	0	0	34123	335
Imparidade de outros ativos financeiros liq rever, e recup.	286554	510322	715309	286321	870111	423655
Imparidade de outros activos liq. Reversões e recup.	17198	45822	151784	151688	0	42000
Resultados em empresas associadas	7450	19740	21565	24824	8292	19961
Resultado Antes de Impostos	207418	530097	533555	1144662	760932	1096061
Impostos Correntes	19535	62730	-123519	-184932	84097	128206
Impostos Diferidos	14848	14848	63825	-18890	-25476	
Resultado líquido	202731	452519	473861	940840	702311	967855